



**Universidade Estadual da Paraíba  
Campus I – Campina Grande  
Centro de Educação  
Departamento de Sociologia  
Curso de Sociologia**

**JOSÉ MICHAEL DOS SANTOS GOMES**

**IMPERIALISMO E DEPENDÊNCIA: A DESINDUSTRIALIZAÇÃO DO ABC  
PAULISTA**

**CAMPINA GRANDE – PB  
2024**

JOSÉ MICHAEL DOS SANTOS GOMES

**IMPERIALISMO E DEPENDÊNCIA: A DESINDUSTRIALIZAÇÃO DO ABC  
PAULISTA**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)  
em Licenciatura em Sociologia da  
Universidade Estadual da Paraíba, como  
requisito parcial à obtenção do título de  
Licenciado em Sociologia.

**Área de concentração:** Sociologia Política.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Iolanda Barbosa da Silva.

**CAMPINA GRANDE – PB  
2024**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

G633i Gomes, Jose Michael dos Santos.  
Imperialismo e dependência: a desindustrialização do ABC paulista [manuscrito] / Jose Michael dos Santos Gomes. 2024.  
88 f.  
  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Sociologia)  
- Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2024.  
"Orientação : Prof. Dra. Iolanda Barbosa da Silva,  
Departamento de Ciências Sociais - CEDUC".  
1. Imperialismo. 2. Teoria marxista da dependência. 3.  
Desindustrialização. I. Título

21. ed. CDD 325.32

JOSE MICHAEL DOS SANTOS GOMES

IMPERIALISMO E DEPENDÊNCIA: A DESINDUSTRIALIZAÇÃO DO ABC  
PAULISTA

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Coordenação do Curso de  
Sociologia da Universidade Estadual da  
Paraíba, como requisito parcial à obtenção  
do título de Licenciado em Sociologia.

Aprovada em: 22/11/2024.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Iolanda Barbosa da Silva** (\*\*\*.628.284-\*\*), em **27/11/2024 08:36:38** com chave **dd1fb27cacb311efb3a01a7cc27eb1f9**.
- **Raniere Ferreira Torres** (\*\*\*.891.134-\*\*), em **27/11/2024 08:48:11** com chave **7a98aaeeacb511ef86411a1c3150b54b**.
- **Janaina Freire dos Santos** (\*\*\*.414.504-\*\*), em **27/11/2024 09:06:42** com chave **1075362aacb811efb03a06adb0a3afce**.

Documento emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do  
QRCode ao lado ou acesse [https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar\\_documento/](https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar_documento/)  
e informe os dados a seguir. **Tipo de Documento:** Termo de Aprovação de Projeto  
Final

**Data da Emissão:** 27/11/2024

**Código de Autenticação:** 694e77



À minha mãe e ao meu pai, pelo esforço, amor,  
confiança e companheirismo, DEDICO.

## AGRADECIMENTOS

O marxismo me ensinou a enxergar o mundo de forma diferente, elas me atravessam e me fazem ter outro olhar do outro, daqueles que estão na minha vida.

Aos meus pais, Maria do Rosário Inácio dos Santos e José dos Reis Gomes, por terem dado as condições materiais e emocionais para que eu pudesse passar por esse processo com dedicação e intensidade máxima. Vocês abriram as portas para uma experiência vivida.

Aos meus irmãos, Mayara dos Santos Gomes e Matheus dos Santos Gomes, vocês são os meus orgulhos.

A meu amigo e irmão, José Mario Moreira Junior, pelos mais de 11 anos de amizade, pela sua vida, pela sua pessoa, um amigo para a vida toda. A palavra *gratidão* resume a nossa amizade e eu sou eternamente grato por ela.

À Adrielle Silva Moreira, pelo companheirismo, a paciência e os anos em que compartilhamos a vida, as risadas e o amor. Desejarei sempre o melhor da vida a ti.

Ao trio, que na verdade é quarteto, Vívian Maria, Ana Gabriele e Mirele Santos. Nos dedicamos e amamos aquilo que nos propomos a fazer. Obrigado por me possibilitarem compartilhar a vida e as angústias com vocês.

À Nerize Laurentino, pelos ensinamentos, por aceitar esse desafio comigo, pela paciência e pelas palavras de orientação, tanto para a pesquisa, quanto no processo pessoal e importante da minha vida. Não nos fazemos em nós mesmo.

À Eduardo Jorge (*in memoriam*), essencial na minha formação, um mestre que nos ensinou uma humildade epistemológica e uma disciplina incrível. Jamais esquecerei do seu esforço hercúleo em valorizar a Sociologia e o seu trato com a nossa ciência.

À Maria Luiza, vulgo Malu, por me contagiar com a sua “loucura”. Grato pela sua amizade e pela sua vida.

As minhas professoras, Waltimar, Jussara, Iolanda, Jackeline e ao professor Thiago Nunes, pelos ensinamentos e apoio.

À Marly (*in memoriam*), minha mãe de chão de fábrica, obrigado por ter passado na minha vida.

“Ser radical é agarrar as coisas pela raiz [...] e para o homem, a raiz é ele próprio” (Marx, 2005).

## RESUMO

O respectivo trabalho de conclusão de curso, imperialismo e dependência, a desindustrialização do ABC Paulista tem por objetivo, analisar o processo de desindustrialização da indústria de mercadorias de média complexidade tecnológica do ABC paulista, constituídas por Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul e a sua relação com o grau de dependência da região ao capital estrangeiro. Para tanto, nos utilizamos da metodologia qualitativa, com vistas à pesquisa de cunho bibliográfico, com uma base de dados secundários, fazendo uma abordagem das teorias, conceitos e categorias do imperialismo e da teoria marxista da dependência a partir do método dialético marxista. Com a pesquisa documental, sistematizamos os dados acerca da capacidade produtiva, exportações, emprego e desemprego e salários. Nossa pesquisa se estrutura a partir da teoria do imperialismo em Lênin e da teoria marxista da dependência – e seus postulados –, o grau de dependência e/ou subordinação da região do ABC paulista, entre os anos 2008 e 2018. O resultado a que chegamos é de que, a dependência econômica e política da região ao capital estrangeiro, alavancado pelas exportações, pela baixa capacidade produtiva, e a consequente desindustrialização que circunda esse período, denota problemas sociais, econômicos e políticos, fundamentalmente, no âmbito do trabalho e da política econômica.

**Palavras-chave:** imperialismo; dependência; teoria marxista da dependência; desindustrialização.



## RESUMEN

El respectivo trabajo de conclusión del curso, imperialismo y dependencia, la desindustrialización del ABC paulista tiene como objetivo analizar el proceso de desindustrialización de la industria de mercancías de mediana complejidad tecnológica en el ABC paulista, constituido por Santo André, São Bernardo do Campo y São Caetano del Sur y su relación con el grado de dependencia de la región del capital extranjero. Para ello utilizamos metodología cualitativa, con miras a la investigación bibliográfica, con base de datos secundaria, abordando las teorías, conceptos y categorías del imperialismo y la teoría marxista de la dependencia basada en el método dialéctico marxista. Con investigación documental sistematizamos datos sobre la capacidad productiva, exportaciones, empleo y desempleo y salarios. Nuestra investigación se estructura con base en la teoría del imperialismo de Lenin y la teoría marxista de la dependencia – y sus postulados –, el grado de dependencia y/o subordinación de la región ABC paulista, entre los años 2008 y 2018. El resultado que a lo que se llega es que la dependencia económica y política de la región del capital extranjero, apalancada por las exportaciones, la baja capacidad productiva y la consecuente desindustrialización que rodea este período denota problemas sociales, económicos y políticos, fundamentalmente, en el ámbito del trabajo y la política económica.

**Palabras-clave:** imperialismo; dependencia; teoría marxista de la dependencia; desindustrialización.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Ocupações e Valor da produção no ABC Paulista em 2015. ....	48
Quadro 2 – Número de trabalhadores, massa salarial e remuneração média anual, por setor de atividade econômica no ABC paulista em 2015. ....	50
Quadro 3 – Tamanho e quantidade de estabelecimentos por número de empregados entre 2008 e 2017. ....	52
Quadro 4 – Dados quantitativos referentes ao VTI (Valor de Transformação Industrial) da indústria química de Santo André. ....	59
Quadro 5 – Dados quantitativos referentes ao VTI (Valor de Transformação Industrial) da indústria de borracha e materiais plásticos de Santo André. ....	60
Quadro 6 – Dados quantitativos referentes ao VTI (Valor de Transformação) da indústria automobilística de São Bernardo do Campo. ....	63
Quadro 7 – Dados quantitativos referentes ao VTI (Valor de Transformação Industrial) da indústria automobilística de São Caetano do Sul. ....	65
Quadro 8 – Valor das exportações de borrachas e plásticos em Santo André (2008-2018). ....	71
Quadro 9 – Valor das exportações do setor automobilístico de São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, entre os anos de 2008 e 2018. ....	80

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2. O IMPERIALISMO E A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA</b> .....	14
2.1. Modo de produção capitalista e formação econômico-social dependente .....	21
2.2. Teoria da dependência: contextos sócio-históricos .....	26
2.3. Categorias constitutivas da teoria marxista da dependência .....	32
2.4. Acumulação capitalista e mais-valia .....	36
2.5. Superexploração do trabalho e subimperialismo.....	41
<b>3. A CAPACIDADE PRODUTIVA DA REGIÃO DO ABC PAULISTA</b> .....	48
3.1. Santo André: centralização, concentração e monopólio dos seus setores .....	56
3.2. São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul: a penetração do imperialismo automobilístico.....	61
<b>4. EXPORTAÇÃO, EMPREGO E SALÁRIO: A INTEGRAÇÃO DO SUBIMPERIALISMO E A SUPEREXPLORAÇÃO NO ABC PAULISTA</b> .....	68
4.1. Santo André: dependência ao imperialismo estadunidense e monopolista .....	68
4.2. São Bernardo e São Caetano: uma economia sob quatro rodas .....	74
<b>5. CONCLUSÃO</b> .....	82
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	85

## 1. INTRODUÇÃO

Essa pesquisa tem por objetivo analisar o processo de desindustrialização da indústria de mercadorias de média complexidade tecnológica do ABC paulista e a sua relação com o grau de dependência da região ao capital estrangeiro. Apoiado sobre as bases da teoria marxista da dependência (TMD) e da categoria analítica e política de imperialismo, em Lênin (2021), nossa pesquisa organiza em objetivos específicos, compreender a política de exportação de mercadorias da indústria de média complexidade tecnológica do ABC paulista; explicar a relação entre dependência e imperialismo no contexto da indústria de média complexidade tecnológica da região; e verificar a capacidade produtiva da indústria de média complexidade tecnológica das cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

Fundamentado nas categorias de imperialismo, superexploração do trabalho, acumulação de capital, mais-valia e subimperialismo em Marini (2022; 2013), Marx (2017) e Lênin (2021), explicamos, ponto a ponto, as discussões e determinações acerca desses processos socioeconômicos. Não obstante, contextualizamos histórica e conceitualmente a teoria da dependência e seus postulados.

Além disso, o trabalho também se estrutura sob as teorias de mais-valia em Marx (2017), em todas as suas fases e aspectos; da massa de mais-valia até a taxa de mais-valia e outras, inseridas na realidade socioeconômica da região e de cada setor. Dividimos em setores, percorrendo-as sob as mercadorias específicas de cada cidade, sendo elas: a produção de borrachas e plásticos e os químicos e petroquímicos, em Santo André, e a produção de automóveis em São Bernardo e São Caetano. Destacamos, assim, a capacidade produtiva de cada setor e o Valor de Transformação Industrial (VTI), dialogando com as categorias usuais da teoria marxista da dependência e o imperialismo.

Outro aspecto a ser contemplado na análise, são as exportações de mercadorias de média complexidade tecnológica, que se relaciona com a perspectiva teórica da dependência, a transferência de valor, a superexploração, a extração de mais-valia e ao subimperialismo intrínseco a esses processos socioeconômicos e políticos.

Durante o século XX, alguns conceitos e categorias fizeram parte do escopo teórico e político de sociólogos e economistas políticos. Categorias analíticas, como imperialismo e dependência, foram aceitas por parte desses pensadores e rejeitadas por outros. Os processos de acumulação de capital e a relação desigual entre os países, centrais e periféricos do sistema capitalista, possibilitaram a expansão da política expansionista e imperialista, através da

dominação econômico-política de países da periferia do sistema e, em proporcionalidades diferentes, de Estados “centrais” em países de capitalismo dependente, a exemplo, São Paulo/Brasil.

Com a justificativa de ter uma relação íntima com o ABC paulista – especificamente por Santo André, cidade onde nasci – e considerando o exposto, a relevância desta pesquisa implicou a necessidade de analisar – tomando conhecimento da marcada história de industrialização da região do ABC paulista, em específico, as cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul – o processo de desindustrialização da região e seu grau de dependência ao capital estrangeiro. Não obstante, a desindustrialização – que se arrasta desde os anos 1980 no Brasil, e que se intensificou nos anos 1990, com as políticas de abertura de mercado e privatizações do governo neoliberal do então presidente da república, Fernando Henrique Cardoso – toma proporções maiores a partir de 2008, e anos subsequentes, ou seja, pós-crise do capital; escancarando assim, um grau de dependência político-econômica ainda maior, das empresas da região ao capital estrangeiro e, fundamentalmente, aos países do centro do capitalismo. Em suma, a pesquisa debruçou sobre a situação de dependência das indústrias desses municípios, e o aprofundamento do processo de desindustrialização, denotando ainda mais o caráter dependente da região do ABC paulista.

Os procedimentos metodológicos foram realizados a partir de um conjunto de técnicas de natureza qualitativas, levando em consideração o objeto de pesquisa, o problema da pesquisa e seus objetivos.

A partir do método materialista histórico-dialético que nos possibilita pensar a realidade material e subjetiva da totalidade, como o Brasil, até a sua formação social específica, a realidade do ABC paulista e suas condições socioeconômicas e políticas, pois, o método materialista-dialético nos permite ter uma maior inteligibilidade do real para pensarmos, fundamentalmente, as questões econômicas e políticas da região.

O método materialista histórico-dialético caracteriza-se pelo movimento do pensamento através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, isto é, trata-se de descobrir (pelo movimento do pensamento) as leis fundamentais que definem a forma organizativa dos homens durante a história da humanidade (Pires, 1997, p. 87).

No processo de produção material da existência, em cada modo de produção e/ou formação econômico social, em cada tempo histórico, podemos apreender a objetividade e a subjetividade da vida humana, das relações sociais e da consciência. Pensar, a partir da teoria marxista da dependência, pressupõe uma análise materialista histórico-dialética do objeto. Para

Marx (2008, p. 47), “não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”. Sendo assim, é notório que o fenômeno de desindustrialização do ABC paulista, em consonância com o grau de dependência ao capital estrangeiro, implica, justaposta a dialética entre teoria e prática, em variáveis como: desemprego, salários, produtividade e outros. Condicionantes que se interdependem e estão em constante transformação, visto a dinâmica da sociedade, da economia e da política (Lakatos; Marconi, 2003) e uma análise teórico-metodológica sobre a desindustrialização e o grau de dependência do ABC paulista.

Trabalhamos com a pesquisa bibliográfica e com uma base de dados secundários. Analisar o grau de dependência da região do ABC paulista exigiu – além da proximidade com o método de Marx e Engels, nesse caso específico – uma pesquisa documental sobre a realidade socioeconômica da região, mapeando os dados econômicos, tais como, capacidade produtiva, exportação de mercadorias de média complexidade tecnológica e a quantidade de empresas de cada setor industrial de 2008 a 2018, e outros; e, também, os dados sociais, como empregos e desempregos, salários, com os recortes de raça e gênero, alinhados à categoria de superexploração do trabalho. Na pesquisa bibliográfica, abarcamos a problemática do imperialismo (Lênin, 2021), a desindustrialização, a teoria marxista da dependência (Marini, 2022; Bambirra, 2019; Santos, 2018), um estudo sobre o conceito de formação econômico-social (Lefebvre, 2020; Lima, 1983), acumulação primitiva de capital, acumulação de capital e mais-valia em Marx (2017) e Cueva (2023). Por fim, a história e a conceitualização da teoria da dependência (Wasserman, 2017) podendo assim, nos dispor de aportes teórico-metodológicos para a análise do fenômeno em sua totalidade.

No primeiro capítulo será abordado a teoria do imperialismo em Vladimir Ilitch Lênin, bem como as teorias e categorias advindas desta, como a teoria marxista da dependência, as categorias de superexploração do trabalho e subimperialismo. Uma contextualização sócio-histórica da teoria da dependência, os conceitos de acumulação primitiva de capital, a acumulação de capital no século XX e a mais-valia, embasando todo o desenvolvimento da pesquisa.

No segundo capítulo será abordado a capacidade produtiva da região do ABC paulista, revelando a predominância econômica da indústria de transformação e, as contradições que o processo de desindustrialização carrega diante da ascensão do setor de comércio e construção. O decréscimo dos estabelecimentos da indústria de média complexidade e a média salarial; enfatizando o papel do setor de comércio, da construção, automobilístico, borrachas e plásticos

e químicos e petroquímicos. Além disso, o capítulo discorre brevemente acerca da dialética da dependência, tratando de problemas raciais e de gênero que se entrelaçam com os fundamentos econômicos, políticos e sociais da dependência. Com isso, correlacionamos as três primeiras partes constitutivas do imperialismo, das fases do capital monopolista. Não obstante, dedicamos a explicitar o processo de interiorização do desenvolvimento econômico das empresas dos setores automobilísticos e os dados sobre o VTI (Valor de Transformação Industrial) das áreas industriais relevantes de cada município.

Por fim, serão abordadas as exportações de cada município, no que se refere as suas respectivas mercadorias predominantes, dados sobre as taxas de empregos formais e desempregos e salários. Articulando com as categorias de subimperialismo e superexploração da força de trabalho para o entendimento do processo de extração de mais-valia, fundamentalmente, no setor automobilístico.

## 2. O IMPERIALISMO E A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

A abordagem do imperialismo e da teoria marxista da dependência estão, umbilicalmente, ligadas em sua historicidade e nos aspectos da realidade social, dada as especificidades em que nos propomos a explicar. As primeiras concepções de imperialismo nascem com John A. Hobson (2005) e Rudolf Hilferding (1985), sendo o expoente categórico na análise acerca da nova configuração do capitalismo no mundo; um movimento que abriu à reflexão, *a posteriori*, dos pensadores que se debruçaram sobre esta categoria. De todos os pensadores do século XX, o mais reconhecido e polêmico, Vladimir Ilitch Lênin, com sua obra inaugural, e divisor de águas do pensamento econômico político, “*imperialismo, estágio superior do capitalismo*” (2021). É, peremptoriamente, nessa obra, que Lenin lança as bases para a nova formulação do capitalismo que vinha se constituindo, desde o final do século XIX e início do século XX, mas que toma formas distintas e se distingue, conseqüentemente, do que entendemos por colonialismo.

No que concerne a essa categoria analítica, o imperialismo, há aqueles, estudiosos, intelectuais e militantes políticos, que se apropriaram, enquanto ferramenta de compreensão e/ou análise do mundo; que enxergam em seus aspectos constitutivos, aquilo que possa explicar a política, a economia e os fenômenos socioculturais na sociedade; uma categoria totalizante, visto que, o imperialismo não é mais uma mera fase do capitalismo, mas sim, sua nova forma social, política, econômica e cultural de se impor no mundo, mas que, evidentemente, não é somente através dele que podemos entender toda a complexidade social. Entretanto, há aqueles que tem, na história do pensamento social, a dificuldade de se apropriar desta categoria. Isso pode ser rotulado, segundo Mészáros (2004), como uma certa dominação ideológica em que, a ideologia dominante penetra nos diversos espaços sociais, em especial, em espaços acadêmicos e políticos, fazendo com que os pensadores que reproduzem essa ideologia dominante, vejam esses conceitos, como confusos e ideológicos.

Para se ter uma dimensão das vicissitudes da ideologia dominante capitalista, no que se refere a aplicação de categorias, conceitos, termos e palavras à análise dos fenômenos, Mészáros extrai um trecho de Harry Magdoff, em que ele ressalta essas escolhas na aplicação e/ou na utilização de determinadas categorias e conceitos, a saber:

Os estudiosos sérios em geral não têm problemas com palavras dotadas de forte carga emocional – como por exemplo, assassinato, estupro ou sífilis –, mesmo quando os costumes existentes desaprovam tal uso na sociedade educada. É bem significativo que, com o passar dos anos, esses estudiosos fiquem eriçados apenas contra um certo tipo de palavra. Assim, não apenas ‘imperialismo’ e ‘exploração imperialista’, mas



também um termo tão importante do vocabulário socioeconômico como ‘capitalismo’, são tratados pelos acadêmicos com extrema cautela (Mészáros, 2004, p. 58 *apud* Magdoff, 1978).

Na esteira da história, o imperialismo passa a sua forma “plena” – sendo a forma constitutiva do capitalismo –, em etapas que iniciam nas décadas de 1860 e 1870, com o desenrolar da livre concorrência e com os monopólios germinando na sociedade; após a crise de 1873, o desenvolvimento incipiente dos carteis<sup>1</sup>; e, ao final do século XIX e início da crise de 1900 a 1903, com a predominância dos monopólios, configurando as bases da vida econômica das sociedades (Lênin, 2021, p. 41). Entre o intermédio desses processos, os monopólios vão se tornando preponderantes nas relações econômicas. Logo, o imperialismo vai tomando forma e incorporando ainda mais o seu lado político, social e, posteriormente, cultural.

Já não bastava ter a dominação econômica das regiões em disputa no centro do capitalismo, onde havia disputas entre centralidades contra centralidades do sistema, como, por exemplo, as lutas por expansões e territórios em África. É preciso – tal qual nos direciona o movimento histórico-dialético da sociedade –, notar o caráter colonial que predominava, e ainda predomina nas relações sociais, econômicas e políticas; estendendo essa dominação para os países coloniais e periféricos do sistema. Em outras palavras, o imperialismo é a continuação elevada a um nível superior e interrelacionada com as características constitutivas da época colonial à república democrática e, posteriormente, aos momentos ditatoriais da América Latina e demais países subdesenvolvidos, dependentes e semicoloniais do século XX até os dias atuais.

Por assim dizer, o capitalismo tem diversos momentos na história, com várias características imbuídas em cada modo de produção históricos e socialmente dados e, tendo seu modo de ser no capitalismo contemporâneo. Uma de suas fases, que surge entre 1870 e 1920, é a fase monopolista do capital. É no início do século XX, que as grandes empresas e indústrias começam a concentrar, cada vez mais, capital, tais como matérias-primas, mão de obra; a concentração é o passo inicial – engendrada pelo desenvolvimento da livre concorrência – para a criação de monopólios (Lênin, 2021). Com a pujante concentração de capital, devemos nos atentar a sua força motriz; a força que possibilita a concentração de grandes capitais, nas mãos de poucos capitalistas, ou seja, a acumulação de capital.

Portanto, a acumulação e a concentração que a acompanha estão não apenas fragmentadas em muitos pontos, mas o crescimento dos capitais em funcionamento é atravessado pela formação de novos capitais e pela cisão dos antigos, de maneira que,

---

<sup>1</sup>“O cartel é um acordo de cooperação entre empresas que buscam controlar um mercado, determinando os preços e limitando a concorrência” (TJDFT – Tribunal de justiça do distrito federal e dos territórios).

se a acumulação se apresenta, por um lado, como concentração crescente dos meios de produção e do comando sobre o trabalho, ela aparece, por outro lado, como repulsão mútua entre muitos capitais individuais (Marx, 2017, p. 701).

Impreterivelmente, é possível notar que a acumulação, não só constitui as bases do desenvolvimento capitalista, como força, inevitavelmente, a concentração de mais capitais, *a posteriori* – ainda que ela se defronte com a organização predecessora do capitalismo, através da “origem” da acumulação, com o movimento de livre concorrência, a fragmentação de vários capitais pequenos –, mesmo assim, seu movimento catapulta o desenvolvimento de acumulação capitalista, que precede ao capital monopolista.

Essa fragmentação do capital social total em muitos capitais individuais ou a repulsão mútua entre seus fragmentos é contraposta por sua atração. Essa já não é a concentração simples, idêntica à acumulação, de meios de produção e de comando sobre o trabalho. É a concentração de capitais já constituídos, supressão [*Aufhebung*] de sua independência individual, expropriação de capitalista por capitalista, conversão de muitos capitais menores em poucos capitais maiores (Marx, 2017, p. 701).

De modo consequente, surge o capital monopolista, traço fundante da forma imperialista do capitalismo. Destes poucos monopólios, porém, de grandes capitais, não resumimos apenas a conquista de mercados da indústria, a avassaladora concentração desses mercados e de matérias-primas e o desaparecimento dos pequenos capitais, mas, também, presumimos a própria dinâmica em que os bancos estão inseridos, tendo papel importante nessa nova formação capitalista.

No subsequente desenvolvimento dessa nova dinâmica capitalista do mundo, onde a indústria e os bancos se tornam protagonistas no balcão de negócios da burguesia monopolista, os bancos, aqui, vistos enquanto os capitais financeiros, tem relevância preponderante naquilo que podemos analisar enquanto ponto fundamental de transformação do capitalismo; do capitalismo em sua forma imperialista. Seu papel seria, de certa forma, enquanto mediador transicional do capitalismo de livre concorrência para o capitalismo monopolista.

Com o desenvolvimento da atividade bancária e a sua concentração em poucos estabelecimentos, os bancos se alçam, de modestos intermediários, a monopolistas onipotentes, que dispõem de quase todo o capital monetário do conjunto dos capitalistas e pequenos proprietários, bem como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de um dado país ou de uma série de países. Essa transformação de numerosos modestos intermediários em um punhado de monopolistas constitui um dos processos fundamentais da escalada do capitalismo a imperialismo capitalista [...] (Lênin, 2021, p. 51).

Diante dessa nova forma de operar, de outra maneira, essa nova forma de acumulação de capital, os bancos se tornam os maiores agentes dessa dinâmica monopolista; de fato, monopolizam os setores econômicos do mundo, no auge da concentração que lhe é próprio no imperialismo.

Nesse sentido, os bancos, que agora se tornam monopolistas, tendem a exercer influências sob os capitalistas sobremaneira que, em outro momento, operavam e exerciam suas práticas por si só. Com a decadência do dinamismo de outrora, o capital financeiro inicia um processo de domínio, através de contas-correntes, relações bancárias e financiamentos, que resultam em predomínio dos fluxos de capitais, no entendimento de determinadas operações e negócios, tanto da indústria, quanto do comércio; além da influência em relação a ampliação ou restrição de crédito, o que pode determinar se aquele capital irá crescer, diminuir, ter confluência com o mercado (Lênin, 2021). Em suma, a fusão entre bancos e indústria – além de todo esse movimento citado anteriormente –, com a concentração e influência de capital dos bancos, leva a formação do capital financeiro, e mais, a uma oligarquia financeira. Essas oligarquias financeiras cresciam e crescem cada vez mais, pois, segundo Lenin:

O capital financeiro, concentrado em poucas mãos e valendo-se do monopólio efetivo, obtém um lucro enorme, que aumenta sem cessar com a constituição de sociedades, emissão de valores, empréstimos do Estado etc., consolidando a dominação da oligarquia financeira e impondo a toda a sociedade um tributo em proveito dos monopolistas (2021, p. 75).

Essa nova forma de acumulação arrasta o capitalismo a outro patamar no seu desenvolvimento, sua reprodução e suas relações já não estão nos parâmetros da grande indústria, agricultura e comércios – apesar deste capital ainda estar inserido nesses setores –, agora, estão nas relações de especulação financeira. Os bancos detêm não só os monopólios daquele setor, como ditam as regras do jogo econômico e político entre os Estados-nações; com inserção política, militar e cultural, processo necessário que irá servir enquanto gênese da teoria marxista da dependência e da dependência em si.

A princípio, o desenvolvimento do capital financeiro, em especial, na primeira metade do século XX, está relacionado aos países centrais do capitalismo, a saber: Inglaterra, Estados Unidos, França e Alemanha. Por desenvolvimento do capital financeiro, especificamente nos países centrais, entendemos que, os capitais financeiros de toda parte operavam majoritariamente nesses países, pois, o caráter que dividia países centrais e países dependentes, não estavam totalmente delimitados; era preciso que o capital financeiro e os Estados-nações vissem o alto mercado, a alta extração de lucros e a possibilidade de exportação de capital que se tornaria, posteriormente, a economia de suas colônias. Deste modo, a exportação de capital se faz presente neste processo, avançando no propósito dos países centrais, a saber, a dominação e a expansão dos seus capitais.

As exportações de capitais, enquanto articulação do capital financeiro no sentido de que, é a partir da sua exportação para outros países, tipicamente atrasados, que ele se mantém e se expande (Lênin, 2021), tem sido, até os dias atuais, uma das principais políticas econômicas para manter os países periféricos no subdesenvolvimento e na dependência. Tal política serve como ferramenta para o capital financeiro se estender para outras regiões do mundo, seja através de bancos multinacionais ou por acionistas que especulam na bolsa de valores, comprando ações de grandes indústrias – setor mais especulado do capital financeiro.

De acordo com Lênin (2021, p. 86), a exportação de capitais embrica uma série de fenômenos e problemas sociais, pois, o excedente produzido não visa atender as necessidades da sociedade, da classe trabalhadora, mas sim, a obtenção de mais lucros adquiridos através das exportações de capitais; este é o objetivo das exportações. Em concomitância a isso, como introduzido anteriormente, o desenvolvimento da exportação de capital, a essa altura, está interligado entre países centrais e periféricos. O que dialoga com a teoria da dependência (Bambirra, 2019). Contudo, Lênin (2021, p. 86) já endereçava sua crítica a exportação de capital, ressaltando o seu caráter dependente, quando ele afirma que:

A necessidade da exportação de capital obedece ao fato de que, em alguns países, o capitalismo ‘amadureceu demais’, e o capital (nas condições do insuficiente desenvolvimento da agricultura e da miséria das massas) carece de campo para a sua colocação ‘lucrativa’.

Notamos que, os estudos de Lênin acerca do imperialismo e da exportação de capital, nos leva a sustentar a premissa de que, ele é o autor fundador da teoria marxista da dependência. Não como teórico fundador da teoria em si, mas é ele que dá os alicerces para o porvir, para autoras e autores como Vânia Bambirra, Ruy Mauro Marini e Theotonio dos Santos. Mais à frente, retornaremos a esses pontos, do capital financeiro e da exportação de capital.

Nas circunstâncias alicerçadas do imperialismo, onde a concentração, o crescimento da forma financeira do capital e o surgimento dos monopólios servem enquanto base para a construção do imperialismo, dois elementos constitutivos desse fenômeno revelam as consequências inerentes de sua gênese. O primeiro, diz respeito à partilha do mundo entre associações de capitalistas. A segunda se refere à partilha do mundo entre as grandes potências. Ambas contendo diferentes aspectos, contudo, sendo receptoras de uma pela outra.

Se retornarmos ao que fora supracitado acerca do capital financeiro, veremos que, os bancos, principais agentes desse capital, formam seus monopólios a fim de conquistar mercados mundiais, excepcionalmente, em países ditos “atrasados” ou dependentes. Não obstante, os bancos não são os únicos agentes detentores do monopólio. Nessa fechada “sociedade”

burguesa, a indústria de petróleo, gás e eletricidade, por exemplo, também se constituem enquanto intermediadores do capital financeiro e monopolista; o que não exclui o papel dos bancos enquanto instituições de maior expressividade dentro da forma imperialista do capitalismo.

A partilha do mundo entre associações de capitalistas fomenta a luta e domínio dos monopólios no ramo mercantil, do mercado mundial. Esses agentes do capital dissimulam a premissa de “livre concorrência”, a fim de conquistar novos mercados, nacionais e internacionais. E, assim como a predominância do capital financeiro perpetua-se até hoje, Lênin (2021) já nos indicava que, no início de sua concepção, havia alguns grandes grupos financeiros que preponderavam no meio petrolífero, da segunda metade do século XIX e início do século XX, a exemplo, o grupo Standard Oil Co. da família Rockefeller, e os donos do petróleo russo, de Baku, Rothschild e Nobel; ambos monopolizavam o setor de petróleo. Lênin (2021) pontua que, apesar dessas duas empresas monopolizarem o setor, viviam um abalo de sua hegemonia econômica; o que pode nos remeter às ações do imperialismo e a política de permanência dos demais grupos financeiros de países subdesenvolvidos, na dependência econômica. Afinal, o imperialismo europeu e estadunidense não aceitava a concorrência e a disputa pelo monopólio do petróleo, dos países dependentes.

Ademais, se formos averiguar a situação, hoje, os representantes do capital financeiro – capitais que dominam a economia mundial e nacional dos países, mas que, fundamentalmente, dominam a economia e a política do Brasil –, estaríamos voltando nossos olhos para bancos como Itaú, Santander, Bradesco e outros; além de grupos como a Petrobrás, Vale, Ambev e outros. Em sua maioria, advindas de capitais estrangeiros, e outros com capital majoritariamente nacional. Outrossim, os monopólios não são, apenas, constituídos de capitais privados, mas são fomentados na qualidade de monopólios de Estado (Lênin, 2021), a exemplo, a Petrobrás no Brasil, empresa organizada com cerca de 50% de capital nacional (Petrobrás, 2024); o que realça a conjuntura que permite às nações, um projeto nacional. Evidentemente, levando em conta o desenvolvimento econômico-social e o lugar na divisão internacional do trabalho.

Na sequência que compõe a partilha do mundo entre associações de capitalistas, temos a partilha do mundo entre potências capitalistas e sua partilha territorial sob os países subdesenvolvidos e dependentes do capitalismo.

Vimos antes que o período de desenvolvimento máximo do capitalismo pré-monopolista, o capitalismo em que predomina a livre concorrência, vai de 1860 a

1870. Estamos vendo agora que, *exatamente depois desse período*, começa a enorme ‘ascensão’ das conquistas coloniais, que agrava até um grau extraordinário a luta pela partilha territorial do mundo. Não há dúvida, portanto, de que a passagem do capitalismo ao patamar do capitalismo monopolista, ao capital financeiro, está *conectada* ao agravamento da luta pela partilha do mundo (Lênin, 2021, p. 103).

O contexto em que essa dinâmica de partilha do mundo se dá – seja ela, a partilha entre associações capitalistas ou territorial –, estão em um contexto de fase colonialista do capitalismo, ou seja, o colonialismo enquanto formação econômico-social que prepara as bases para o que virá, isto é, a fase imperialista do capitalismo em que prepondera até os dias de hoje. Isso deve ser articulado para entender as motivações econômicas e políticas da expansão do capitalismo monopolista nas colônias e países dependentes, pois, para Lênin (2021, p. 101) “a política colonial dos países capitalistas já *concluiu* a conquista de todas as terras desocupadas do nosso planeta”.

Tal perspectiva remonta, também, ao papel ideológico em que o imperialismo se encontra, “a superestrutura extraeconômica que se ergue sobre a base do capital financeiro, sua política e ideologia, intensificam a tendência às conquistas coloniais” (2021, p. 110). Indubitavelmente, os conflitos de classe que constituem o capitalismo, se expressam tanto na vida material, quanto na subjetividade do ser, na superestrutura da sociedade. O imperialismo, enquanto fase econômica e política, realiza sua inserção material, na cultura, nas artes, na comunicação e em todo tipo de entretenimento. Mészáros (2004) já indicava a presença ideológica burguesa através do imperialismo, na produção do senso comum, nas comunicações de rádio e TV; presença que, tanto à época, com as colônias, quanto hoje, nos países dependentes, se acentua com o objetivo de manutenção do *status quo* e de condição de dependência econômica e política.

Em definições breves, o imperialismo percorrido até aqui contempla fases constitutivas, embrionárias, e, sistematicamente conceituadas em suas partes, quais são:

1) a concentração da produção e do capital elevada a um patamar tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse ‘capital financeiro’, da oligarquia financeira; 3) a exportação de capital, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire um significado particularmente importante; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que dividem o mundo entre si, e 5) o término da partilha territorial do mundo entre as grandes potências capitalistas (Lênin, 2021, p. 114).

Em síntese, o domínio territorial, geográfico, em busca de novos mercados e pela concentração de capital, se debruça sobre os fenômenos superestruturados da sociedade, da nação colonial/dependente; através da política econômica imperialista, a expansão dos monopólios se concretiza. “O imperialismo embrionário transformou-se no sistema dominante,

os monopólios capitalistas ocuparam o primeiro plano na economia nacional e na política; a partilha do mundo foi levada a cabo” (Lênin, 2021, p. 134). Sendo assim, a partilha do mundo encerra as condições particulares do imperialismo, mas, não obstante, sua supressão se consolida na fase ideológica advinda de sua dominação econômico-política.

## **2.1. Modo de produção capitalista e formação econômico-social dependente**

Trataremos, nesse primeiro momento, de dissecar brevemente sobre a situação de dependência enquanto parte constitutiva da formação econômico-social, pois, embora as economias de países periféricos/subdesenvolvidos e países centrais/desenvolvidos estejam na mesma dinâmica capitalista, de modo de produção e relações de produção capitalistas, suas especificidades são diametralmente desiguais na divisão internacional do trabalho e em forças produtivas.

De acordo com Lefebvre (2020), a formação econômico-social formulada primordialmente por Marx, mas, aprofundada por Lênin, se constitui por duas fases dialeticamente entrelaçadas. De antemão, essas particularidades exprimem o lado abstrato do fenômeno para se chegar ao entendimento complexo deste, ou seja, para que possamos compreender uma sociedade e sua formação econômico-social em sua totalidade, devemos analisar as suas particularidades econômicas, sociais, políticas e jurídicas; ampliar a análise acerca dessas particularidades, nos dá uma melhor dimensão do seu todo complexo.

Para Lima (1983), em consonância com a premissa marxista-leninista de formação econômico-social, o modo de produção é entendido enquanto fase abstrato-formal que conduz, em sua unidade dialética, à compreensão da formação econômico-social, caracterizada enquanto fenômeno real-concreto. Sendo assim, em todas as formações econômico-sociais, arrasta-se particularidades de formações predecessoras; este movimento não anula, de certa forma, a vigência dominante do capitalismo. Contudo, se tomarmos a formação econômico-social brasileira, estruturada pelo modo de produção capitalista, notaremos a amplitude de sua formação e, nesta amplitude, os resquícios histórico, sociais e políticos da era escravagista do Brasil. Tal fenômeno se expressa em toda e qualquer formação econômico-social do mundo.

Se diluirmos ainda mais, ou seja, complexificarmos o fenômeno, trazendo concretude a ele, veremos, por exemplo, que um dos resquícios herdados da escravidão, é o racismo estrutural em que vivemos na sociedade capitalista brasileira; o que nos esclarece a própria

dinâmica racializada do mercado de trabalho e o trabalho assalariado, no Brasil (Souza, 2023). Os resquícios de atraso dos anos de escravidão brasileira, impossibilitaram o desenvolvimento da indústria no Brasil. Atrasos no desenvolvimento que não compunham a mão de obra negra nas grandes indústrias e, além disso, fato singular das economias de capitalismo dependente, a baixa remuneração do trabalho assalariado negro, caracterizando enquanto categoria superexplorada (Souza, 2023).

Esse atraso no desenvolvimento industrial constitui, também, a história da formação econômico-social do Brasil, pois, se nos anos 1930 a 1950, a indústria brasileira se desenvolveu galgada nos vestígios da escravidão, a nossa indústria atual herdou, não só esses fragmentos, em menor medida, como também os fragmentos do desenvolvimento atrasado e subdesenvolvido dos anos predecessores.

A sociedade é um produto histórico, um momento de um processo que se realiza: o processo histórico. Neste sentido, traz, naturalmente, em seu interior, os elementos de todo o progresso anterior e conduz em suas entranhas os gérmenes de sua própria negação dialética (Lima, 1983, p. 31).

À medida em que herda as particularidades da formação econômico-social precedente, a sociedade escravista, compila em seu âmago as contradições desta mesma; e no processo histórico, se mostra condicionada a reproduzir as vicissitudes de sua negação dialética. Esta formação, que “trata-se de uma realidade que se transforma, que evolui e que muda – de uma maneira histórica e objetiva, como uma realidade da natureza” (Lefebvre, 2020, p. 174), conduz a transformações econômicas e sociais, que, dialeticamente se relacionam para dar concretude material e subjetiva aos homens. A relação dialética embricada entre as relações de produção e as forças produtivas, que se movem e modificam a formação econômico-social, dá início a uma complexidade ainda maior, que condensa as instâncias ideológicas, jurídico-políticas e econômicas (Lima, 1983). Esse é o estudo complexificado acerca das formações econômico-sociais.

Devemos apanhar as especificidades do objeto geral, ou seja, o modo de produção. Somente nesse movimento de sair do mais abstrato do objeto e esmerilhá-lo ao ponto de extrair dele, o mais complexo, é que podemos chegar ao entendimento tanto das especificidades da formação econômico-social, quanto do modo de produção totalizante. Tal desafio não significa que, no modo de produção, não haverá características intrínsecas a ele, tido como as superestruturas da sociedade: a ideologia, o direito e a cultura. Mas que, o modo de produção pode alcançar em sua análise, a totalidade dos fenômenos (Lima, 1983); a saber, as classes, que só podem ser entendidas através do conceito de modo de produção.



As formações econômico-sociais que se sucedem na história não são externas ao grande capitalismo do presente (na formação econômico-social capitalista), mas coexistem com ele. [...] Assim, as estruturas de formações anteriores ao capitalismo podem ou desaparecer ou permanecer gozando de uma independência *aparente* (Lefebvre, 2020, p. 186-187).

Na lógica dialética da exposição dos fenômenos, o materialismo-histórico-dialético, ou, em outras palavras, o marxismo-leninismo, atua nas leis objetivas da sociedade, enquanto leis tendenciais (Lefebvre, 2020). Essa fórmula científica e rigorosa de extrair do objeto aquilo que lhe é próprio – do modo de produção e da formação econômico-social – nos condiciona a extrair as leis tendenciais das relações sociais, econômicas e históricas de cada formação. Lefebvre (2020, p. 189-190), ao expor a teoria da formação econômico-social de Lênin, ressalta que a ênfase está no *social*, juntamente com o *político*, sob o econômico, mas que, por ser uma relação dialética entre as duas categorias, o econômico e o social, ambos reagem dialeticamente entre si, criando as forças sociais necessárias para solucionar as contradições. Compreendendo enquanto forças sociais, as lutas de classes e as superestruturas que se criam, *a posteriori*, e que retroagem diretamente na formulação das bases materiais da sociedade.

É evidente que, a ênfase no fator sociopolítico que Lênin aponta em sua teoria da formação econômico-social, é fruto de sua perspectiva revolucionária de análise da realidade. E não poderia ser outra, frente ao contexto de ascensão do imperialismo, dos conflitos na Europa e ao caráter semifeudal da formação da Rússia czarista. Em Marx (2017, p. 80), [...] “o desenvolvimento da formação econômica da sociedade como um processo histórico-natural, pode menos do que qualquer outro responsabilizar o indivíduo por relações das quais ele continua a ser socialmente uma criatura” [...]. Sendo assim, a ênfase no social é parte fundante da análise da formação econômico-social marxiana e marxista<sup>2</sup>

Entre teorias e leis que perpassam as análises postas no transcurso do materialismo histórico, na gênese do estudo da economia política, datada em Marx (2008), e que vai se configurando, ao passo em que Lênin e Mao – teóricos que, no senso geral marxista, são considerados como ponto de superação da práxis revolucionária marxista – analisam a economia política de seus respectivos países e encontram as especificidades recorrentes de uma economia capitalista atrasada e em desenvolvimento.

Essas leis do modo de produção capitalista, são leis gerais, leis com alto nível de abstração, apesar de serem leis que englobam a totalidade do fenômeno. Lutas de classe,

---

<sup>2</sup> Marxiana enquanto perspectiva analítica da formação econômico-social de Marx. Marxista, pois, acompanham as contribuições de Marx e Engels, assentando as bases para uma interpretação dos pensadores posteriores, dando suas próprias contribuições acerca da formação econômico-social que surgem no século XX.

ideologia, o direito e a economia política capitalista de modo geral, estão inseridas em um escopo de categorias que explicam o movimento total do modo de produção capitalista. O que é definido de maneira diferente, ao tratarmos da formação econômico-social, categoria com menor nível de abstração e que esmiuça em pormenores mais complexos e concretos os fenômenos econômicos, sociais e políticos da formação de uma país.

Para Marx (2008, p. 269), o desenvolvimento da produção material e da arte, na relação entre Estados Unidos e Europa, por exemplo, se dá por um desenvolvimento desigual entre as nações; até mesmo as relações jurídicas contêm traços de um desenvolvimento desigual entre os Estados. Essa ideia está alicerçada no escrito antecessor ao *Capital* (2017), se encontra na *Introdução à contribuição à crítica da economia política* (2008), de Marx, onde ele nos oferece um prelúdio acerca da teoria do desenvolvimento desigual, porém, traçando outra ideia acerca desta lei, reservando-a aos fenômenos das superestruturas (Lefebvre, 2020, p. 193). Posteriormente, será perscrutada por Lênin em suas críticas à economia política.

A teoria do desenvolvimento desigual ou lei do desenvolvimento desigual, será a lei fundamental no entendimento acerca das formações econômico-sociais (Lefebvre, 2020). É a partir desta teoria que Lênin irá pensar, nas relações capitalistas centrais e relações e particularidades das formações econômico-sociais da periferia do sistema. O que lhe renderá o estudo sobre o imperialismo e, conseqüentemente, o gérmen da teoria da dependência.

Assim como no estudo da economia capitalista, o modo de produção é a análise totalizante dos fenômenos e categorias, requerendo um nível de abstração necessário à sua compreensão. Para o estudo da formação econômico-social, Lênin retoma e aprofunda a lei do desenvolvimento desigual. É o que desenvolve Lefebvre:

A teoria e a lei do desenvolvimento desigual apontam para um devir histórico muito mais acidentado. Os grandes países capitalistas não avançam regularmente, na mesma fila, ao mesmo nível, com o mesmo passo. No mesmo momento da história (da formação econômico-social) há, pelo contrário, países em que o capitalismo está a nascer e outros onde atinge já um desenvolvimento considerável. E estes países fazem parte do mesmo 'mundo', isto é, muito concretamente, do mesmo mercado mundial de mercadorias e de capitais (2020, p. 195).

Para tanto, a formação econômico-social de cada país tem aspectos que diferem suas sociedades, alterando seu lugar na posição econômico-social e política do mundo. A lei do desenvolvimento desigual, assim como a formação econômico-social, exige a nós, uma enfática análise do social e do político; em concomitância com a perspectiva leninista, o desenvolvimento desigual nos possibilita esclarecer quais são as atuações necessárias para o desenvolvimento do país – em sua maioria, países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento –

e, conseqüentemente, o papel da revolução nos países “atrasados” do mundo. Essa abordagem dialoga com a crítica de Lênin aos economicistas e *trade unionistas*, já que eles davam prioridade máxima as lutas puramente econômicas da classe trabalhadora; deixando de lado o fator político das lutas sociais e de emancipação dos trabalhadores (Lênin, 2020).

Outrossim, a lei do desenvolvimento desigual se torna pilar para o entendimento das formações econômico-sociais. Nela se compreende as transições, transformações e superações de uma formação anterior, num modo de produção totalizante. Avança-se aos moldes do “novo capitalismo”, o capitalismo financeiro e tipicamente imperialista, mas se mantem as formas antigas deste: a livre concorrência e a relevância da indústria. Esta é, também, a lei do desenvolvimento desigual, contudo, traçado a partir da própria dinâmica interna do capitalismo, seja nos países centrais, e, mais acentuadamente, nas periferias do sistema.

Todavia, essa categoria se alastra por diversos âmbitos do sistema capitalista. Pela capacidade de análise da totalidade, sua penetração no estudo da formação econômico-social leva em conta as contradições dialéticas entre as relações sociais (relações entre os homens, ideologia, jurisdição) e as forças produtivas (Lefebvre, 2020); o que tem, por princípio, não priorizar nenhum conceito, seja ele econômico, social ou político, mas sim, explicar a totalidade dos fenômenos que constituem essa formação.

Diante disso, essas desigualdades do desenvolvimento podem se expressar no bojo da produção capitalista. De início, atuando nas desigualdades entre indústria e agricultura, no capitalismo de livre concorrência do século XIX, e, posteriormente, se arrastando ao capitalismo monopolista – mantendo as formas desiguais entre campo e cidade, em menor medida –, onde o capital financeiro disputa seu lugar no mercado contra o capital industrial e agrícola. Sua disputa não se resume, apenas, ao capital de livre concorrência e monopolista, tampouco ao capital industrial, agrícola e financeiro. Ele se confronta com desigualdades na base dos ramos da indústria e das empresas, como afirma Lefebvre (2020, p. 208) que “a desigualdade do desenvolvimento se amplia e ampliará não só entre países, mas entre regiões, ramos da indústria e no interior das empresas (justaposição de técnicas atrasadas e de técnicas modernas)”. Isso alude diretamente ao nosso objeto de pesquisa, o ABC paulista e os ramos da indústria da região.

As relações econômicas, sociais, políticas e jurídicas, são as expressões de maior grau de abstração das desigualdades – o que nos indica muito sobre os desenvolvimentos desiguais dos países –, contudo, para alcançar a concretude dos fenômenos, e complexificar o

entendimento sobre essas desigualdades, apresentamos os ramos produtivos da indústria. No ABC paulista, a indústria de média complexidade tecnológica é o setor que predomina na produção e a economia da região. Em se tratando de indústrias de média complexidade tecnológica, ainda que postas em um mesmo patamar, o setor automobilístico da cidade de São Bernardo do Campo garante um alto grau de produção, participação na produção geral da região do ABC, altos salários e retorno financeiro, quando comparado aos dois municípios que constituem a região, Santo André e São Caetano do Sul (Freitas; Carvalho, 2022). Não obstante, sua exportação também se enquadra na maior da região, o que demonstra o desenvolvimento desigual interno dos setores de média complexidade. Sem citar, é claro, as demais cidades que constituem o Grande ABC paulista (Mauá, Ribeirão Preto, Diadema e Rio Grande da Serra), que não garantem a complexidade produtiva de sua economia em comparação ao ABC paulista, e, portanto, o afloramento das desigualdades do desenvolvimento

Nós, europeus, opressores imperialistas da maioria dos povos do mundo, com o odioso chauvinismo europeu que nos é próprio, chamamos ‘guerras coloniais’, são frequentemente guerras nacionais ou insurreições nacionais destes povos oprimidos. Uma das propriedades mais fundamentais do imperialismo consiste precisamente em que ele acelera o desenvolvimento do capitalismo nos países mais atrasados e com isso amplia e agudiza a luta contra a opressão nacional. [...] O desenvolvimento do capitalismo realiza-se de modo extremamente desigual nos diferentes países (Lênine, 1977, p. 131).

Em suma, o imperialismo tem papel crucial na formação econômico-social das nações a partir do século XX. Ele empurra os países e seus ramos produtivos ao extremo desenvolvimento, mas, não diferem as condições materiais e subjetivas de cada nação, acarretando contradições aprofundadas e não resolvidas da formação dos países, conduzindo a um desenvolvimento desigual dos países periféricos. Esse problema nos concebe outra teoria e categorias, que tem por objetivo, pensar a realidade terceiro mundista, da periferia do capitalismo e, notadamente, da América Latina, a teoria marxista da dependência e suas contribuições.

## **2.2. Teoria da dependência: contextos sócio-históricos**

Na ocorrência dos fatores econômicos, sociais e políticos da história das teorias abordadas até aqui, que tem como pilar, a teoria do imperialismo na compreensão dos fenômenos e categorias adjacentes – inaugurada da forma sistemática em que conhecemos hoje, por Lênin –, a teoria marxista da dependência e suas contribuições, são gestadas a partir da teoria do imperialismo leninista.

As implicações que a teoria do imperialismo em Lênin trouxera para o debate sobre a economia política do século XX e XXI, ecoam por todos os cantos do mundo, dos países centrais aos periféricos. De modo que, autores como Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotonio Dos Santos se inspiraram, enquanto teóricos marxistas, na totalidade das obras do revolucionário russo. Para tanto, a teoria do imperialismo de Lênin visava analisar, não só as economias e nações desenvolvidas do capitalismo, como também, oferecia aportes teóricos e metodológicos para a compreensão dos países periféricos, subdesenvolvidos do mundo. Isso possibilitou, em meados do século XX, a esses autores brasileiros e, majoritariamente do sul global, utilizarem da teoria do imperialismo para a compreensão das especificidades de América Latina e Caribe, excepcionalmente.

A relevância em contextualizar, conceitual e historicamente, a teoria da dependência e o desenvolvimento no Brasil, é, fundamental no processo de entendimento das particularidades do capitalismo dependente brasileiro; na compreensão da sua formação econômico-social e política. Em um contexto mundial, o sistema capitalista estava – e ainda está – calcado na dinâmica de financeirização da economia. E que na dinâmica da periferia do capitalismo, não está isenta de inserção abrupta de seus interesses, o que é ainda mais incorporada e mais violenta.

De início, o momento histórico em que o Brasil passa, durante os anos 1930 a 1950, dá um parâmetro do contexto conceitual, de construção de uma linha hegemônica de pensamento, acompanhada pelas necessidades históricas, sociais e políticas concretas da sociedade brasileira; de desenvolvimento socioeconômico que se arrastava durante o século XX, com as demandas capitalistas de mercado nos centros. Essa linha hegemônica de pensamento se traduz na teoria desenvolvimentista, de influência nacionalista durante os anos 1930 e início dos anos 1940, levando em consideração a era Vargas e desenvolvimentista da Cepal, principalmente no pós-guerra, entre 1945 e 1960 (Wasserman, 2017, p. 48-49). No Brasil, o pensador de maior relevância nesse campo desenvolvimentista alinhado a Cepal, era Celso Furtado: intelectual que pensou sobre a economia e a sociedade brasileira e as formas de superar a dependência, a condição primário-exportadora e o subdesenvolvimento (Furtado, 2009).

Considerando que a hegemonia de pensamento fosse o desenvolvimentismo, fazendo jus ao contexto histórico e econômico do Brasil, de alta industrialização e de criação de um setor produtivo de média complexidade tecnológica, com o setor da indústria nacional de petróleo pujante – como a criação da Petrobrás e Eletrobrás – e maior investimento na indústria metalúrgica do país, sua formação econômica se vê carregada de contradições e aspectos

econômico-políticos que abrem a possibilidade de questionamentos acerca do caráter dessa industrialização.

As contradições da industrialização brasileira e os limites do nacional-desenvolvimentismo, em que, ao mesmo tempo que se desenvolvem nos aspectos supracitados, também perpassam por penetrações massivas de capital estrangeiro, intervenções de monopólios estrangeiros na extração e exportação de capitais, lucros para os países centrais e aumento do monopólio do capital financeiro (Bambirra, 2019). Tudo isso entra em direto conflito com as premissas do nacional-desenvolvimentismo. Neste sentido, com o objetivo de dar respostas concretas aos problemas concretos do Brasil – visto que o caráter de desenvolvimento do país, a saber: dependente, primário-exportador e com a predominância de capital estrangeiro – surge, então, a teoria marxista da dependência enquanto resposta ao nacional-desenvolvimentismo e o que viria a ser ainda mais grave, o gérmen do neoliberalismo.

Por um lado, essas correntes teóricas, enquanto ferramentas para a compreensão da realidade brasileira, são correntes que buscaram dar uma resposta as mazelas do capitalismo no sul global, em especial, na América Latina. Contudo, com o nascente neoliberalismo nos anos 1960 e, de forma acentuada no Chile, nos anos 1970, a configuração sobre a acumulação de capital se modifica, dando espaço para o deleite completo da financeirização, explicitando o comprometimento do Brasil com o capital financeiro no pós-golpe de 1964 (Wasserman, 2017 *apud* Santos, 2005). Invariavelmente, as diversas formas de lidar com essa realidade social do Brasil, entre os anos pré ditatoriais e durante a ditadura empresarial-militar, em que a ênfase da luta, na batalha concreta e das ideias, se percorria por alguns caminhos, era a sua particularidade na luta de classes (Wasserman, 2017, p. 86). Eram diametralmente opostas as perspectivas nacional-desenvolvimentistas, neoliberais e marxistas acerca da ênfase na análise socioeconômica e de desenvolvimento do país, da luta de classes; isso era uma das categorias que distinguiram os teóricos da teoria marxista da dependência, dos demais.

Além disso, é necessário adentrar em outros aspectos e reforçar os que foram elucidados até aqui. Segundo Wasserman (2017, p. 140), haveria dois momentos em que os intelectuais do século XX tomariam para si, os problemas candentes latino-americano e caribenho; o primeiro tinha o objetivo de dar uma solução concreta ao positivismo, do início do século XX e as premissas deterministas raciais, geoclimáticas e territoriais. Essas características eram as formas com que a transição do neocolonialismo inglês do século XIX e XX se constituiu e perpetrou em suas colônias de influência e, *a posteriori*, o imperialismo estadunidense; consolidação das formas de dominação que exigiam respostas à nova dependência da periferia.

Em um segundo momento, diz Wasserman (2017), o período do final da Segunda Guerra Mundial e a expansão do capitalismo mundial – onde as interpretações sobre o Brasil e a América Latina se concentravam –, a situação, no que se refere a produção de conhecimento e política, eram propícias para o surgimento de teorias desenvolvimentistas. Alinhado a isso, o concomitante processo de industrialização daqueles anos, fizeram com que os intelectuais se dedicassem a interpretação do Brasil, ao desenvolvimento econômico sustentável, bem como, ao avanço do movimento operário e ao crescimento urbano (2017). Essas particularidades oriundas do alto desenvolvimento econômico-social do país, abriu os caminhos para que a teoria da dependência pudesse crescer, enquanto teoria interpretativa da realidade social brasileira.

Estimulados pelo crescimento das economias resultante da industrialização substitutiva, pela urbanização, pelo incremento das manifestações sociais dos setores populares e em função da massificação do ensino superior, os cientistas sociais se preocuparam em explicar o crescimento econômico, as lutas sociais e as dificuldades dos países latino-americanos e caribenhos de se igualar aos países desenvolvidos (Wasserman, 2017, p. 141).

Todo esse movimento inaugura uma nova relação entre os países centrais e periféricos do capitalismo, que inicialmente partem de relações neocoloniais, passando por relações imperialistas, de monopólio e financeirização da economia e, conservando esse caráter, deslocam seu eixo central às relações de dependência dessas nações.

Envolvido por relações econômicas que, tanto em análises desenvolvimentista, quanto em marxistas, assumiram o caráter dependente da economia brasileira; o tempo histórico em que a América Latina passa, permeada por regimes fascistas e neoliberais, sendo a última, a primeira experiência neoliberal de Estado, em 1973, no Chile, abre as portas para uma nova forma de acumulação de capital, a forma neoliberal. Depois de termos passado durante os anos 1945 a 1960 por um acúmulo teórico-metodológico, sociológico e científico de interpretação das relações de produção, forças produtivas e o desenvolvimento, todos, tipicamente subdesenvolvidos e dependentes; na busca de interpretar a economia e a sociedade brasileira, entramos em um interregno na industrialização e no desenvolvimento econômico brasileiro. De 1980 em diante, as crises do capital, e o aprofundamento desta, recaem sob os países da periferia do sistema. Isso arrasta o país a estagnação econômica, a alta inflação, ao desemprego e a desindustrialização de setores chave; de esperança e otimismo dos anos 1950 a 1960 para depressão social, econômica e política (Wasserman, 2017, p. 148).

Não obstante, em que pese ser o desenvolvimento da economia brasileira um desenvolvimento do subdesenvolvimento, categoria cunhada por Frank (1966), para nomear a industrialização dos anos 1940 e 1950 no Brasil – em resposta às demandas do capitalismo

mundial –, as condições em que se dão essa industrialização, estão calcadas em subserviência econômica e política dos centros capitalistas, ao imperialismo, expondo as formas desiguais do desenvolvimento (Wasserman, 2017, p. 60). Entretanto, tomadas as críticas acerca desse desenvolvimento desigual e subdesenvolvido, os anos 1980 e 1990, foram décadas de estagnação generalizada. Particularmente nos anos 1990, onde a crise do bloco neoliberal se aprofunda, e surgem alternativas social-liberais para dar conta do exército de desempregados, diminuição salarial e crises de acumulação de capital e no setor financeiro (Borges, 2022).

No intervalo, entre a segunda metade da década de 1960 até o final da década de 1970, a teoria da dependência fora apagada do debate público pela ditadura, o que, evidentemente, não eximiu o debate a âmbito continental, no campo dos intelectuais latino-americanos em geral. Somente nos anos 1990, o dependentismo volta à cena do debate acadêmico e político, de modo liberal, é claro, com Fernando Henrique Cardoso enquanto maior expoente dessa vertente e presidente da república, ganhando sobrevida após anos de repressão ditatorial.

A vertente dependentista dos anos 1980, e anos subsequentes, serviram para demarcar a vital diferença entre a teoria marxista da dependência e a teoria weberiana da dependência. Sua perspectiva weberiana de análise, elaborada por Falleto e Cardoso (2004), indicavam pressupostos estruturais divergentes aos da teoria marxista da dependência, além de ter grande aceitação dentro da academia e entre os intelectuais brasileiros da época. Suas críticas à teoria marxista da dependência derivavam de sua crítica ao suposto economicismo do marxismo, onde a ênfase no fenômeno econômico se inseriria no cerne de toda a análise acerca da dependência (Carcanholo, 2023). Por outro lado, a teoria weberiana da dependência, categorizava aspectos políticos, com ênfase no papel do Estado no processo, pensava o fenômeno da dependência como Estado-Nacional fora da sociedade, dominando a partir de uma burocracia de cima para baixo; sem aperceber-se, a teoria weberiana da dependência, ao julgar a teoria marxista da dependência de incorrer ao economicismo, caía em politicismo exacerbado (Carcanholo, 2023, p. 12). Sua crítica imputava à teoria marxista da dependência a contradição entre nações, países centrais e países periféricos, ao invés da contradição entre capital e trabalho (Carcanholo, 2023). Entretanto, é mister apontarmos que, essa crítica weberiana desconsidera a tese central e estruturante da teoria marxista da dependência, a saber: a categoria de superexploração do trabalho. E, assim como aponta Bambirra (2019, p. 38), todas as categorias trabalhadas pela teoria marxista da dependência, tem caráter condicionante em sua análise, articulando assim, o cerne da teoria do valor em Marx, a tese do capital-trabalho em sua composição.



Seguimos na década de 1990, em contextos retratados anteriormente, sob a égide do neoliberalismo – na política e na produção acadêmica e da opinião pública – e o apagamento da análise marxista da dependência nas economias e sociedades latino-americanas. Mesmo em crise, imperava no Brasil a política econômica neoliberal. Os autores da teoria marxista da dependência retratam esse período de forma crítica em seus artigos.

Marini discorre acerca da política neoliberal do início dos anos 1990; o que seria o começo do que viria nos anos seguintes, ou seja, o aprofundamento dessas políticas; “a política de privatizações [...] só começou a operar em outubro em 1991, trazendo para hoje o leilão de 10 empresas estatais na bolsa de valores, principalmente do setor siderúrgico e petroquímico<sup>3</sup>” (1992, p. 18, tradução nossa). Em outro momento, Santos (1992, p. 12, tradução nossa) protesta contra a abertura comercial dos anos 1990, “o mercado nos mata – pensam intimamente os grandes capitalistas disfarçados de neoliberais – ‘avancemos sobre os mercados que ainda existem e liquidemos. Que abram os mercados...dos outros!’<sup>4</sup>”. Essa nova forma de acumulação de capital, tipicamente neoliberal, incide, não só em políticas econômicas liberalizantes que acabara por vender estatais estratégicas para o país – tais como a Vale – como também, revela o sentido político que o Brasil perpassa, durante os anos 1990; um sentido que desmonta a economia e as empresas estatais, e que poderia nos dar relevância e soberania em determinados setores estratégicos da economia, saindo, assim, de um status de dependência econômica e social global. Outras críticas ao governo de Fernando Henrique Cardoso e ao neoliberalismo latente de seu mandato são expressas na obra de Wasserman (2017, p. 201-203), como o enfraquecimento de políticas públicas, diminuição do Estado, flexibilização de leis trabalhistas e da CLT e privatizações. Tudo isso expressa a promessa de dar fim ao nacional-desenvolvimentismo da Era Vargas.

[...] apesar de todas essas reticências a respeito da dependência em si, a *teoria* não se referia apenas à tentativa de explicar a ocorrência de uma relação de dominação e subordinação entre países e de apontar as possíveis soluções para os problemas decorrentes dessa relação. Dizia respeito, sobretudo, a um modo de entender o funcionamento peculiar das sociedades periféricas, que ainda hoje precisam ser explicadas a partir de suas características, sem considerar necessariamente as relações entre países como fundamento da análise (Wasserman, 2017, p. 205).

---

<sup>3</sup> “[...] la política de privatizaciones [...] sólo empezó a operar em octubre de 1991, llevando hasta la fecha a la subasta em bolsa de valores de 10 empresas estatales, principalmente del sector siderúrgico y petroquímico” (1992, p. 18).

<sup>4</sup> “El mercado nos mata – piensan íntimamente los grandes capitalistas disfrazados de neoliberales – ‘avancemos sobre los mercados que aún existan y liquidémoslos. Que se abran los mercados...;de los otros!’” (1992, p. 12).

Esta definição dialoga criticamente com a crítica weberiana à teoria marxista da dependência, pois, o cerne da problematização da teoria da dependência, nunca esteve focado nas relações estritamente nacionais; entre nações desenvolvidas e não desenvolvidas, centrais e periféricas do capitalismo. Essa dicotomia inviabiliza qualquer entendimento mais sistemático do fenômeno da dependência, deixando de lado, a crítica econômica, social e política que a implica.

### 2.3. Categorias constitutivas da teoria marxista da dependência

Partiremos a teoria marxista da dependência e as suas categorias fundamentais. O que se distingue da pura e simples teoria da dependência e suas vertentes, a TMD une em seu escopo, as principais teses marxianas e marxista, produzidas ao longo das décadas em que o marxismo fora vigente e hegemônico no debate geral, no início dos anos 1920 a 1980; como uma das formas de interpretação da sociedade contemporânea. Isso nos remonta ao momento histórico-social de construção de intérpretes da formação econômico-social do Brasil. Surgiram, assim, o chamado grupo de Brasília, constituído por Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotônio Dos Santos e André Gunder Frank, enquanto formuladores da teoria marxista da dependência e seus postulados.

Diferente da teoria da dependência, que abrange o seu fundamento sob outras perspectivas, a teoria marxista da dependência visa alguns pressupostos que distinguem e delimitam o seu objeto, no caso, o capitalismo. Em seu arcabouço, as premissas levantadas em sua análise, se assentam na crítica ao capitalismo, tal qual a teoria marxiana o fez, e, em junção aos aportes teóricos e metodológicos da produção marxiana e marxista-leninista<sup>5</sup>, levar a compreensão das particularidades do capitalismo dependente.

Uma das premissas basilares para a compreensão do caráter dependente dos países periféricos, é a categoria de divisão internacional do trabalho. Esta categoria está fundamentada na teoria marxista da dependência, pois serve de base para entendermos o lugar em que se

---

<sup>5</sup> Por uma abordagem marxista-leninista, entendemos um movimento de supressão, no sentido hegeliano do conceito de supressão (*Aufhebung*) (Hegel, 2014). Isso significa que, no movimento comunista e no campo marxista, há um consenso que delimita e denomina as contribuições de Vladimir Ilitch Lênin, como pontos de superação do pensamento marxiano e marxista. Essas contribuições estão, principalmente, no campo da política, no que diz respeito a questão organizativa do proletariado; na economia política, com os aportes teóricos e analíticos acerca da teoria do imperialismo, do capital monopolista; o que, posteriormente, auxilia na construção dos pensadores marxista-leninistas, na compreensão da realidade dos países periféricos do sistema capitalista, como a própria teoria da dependência e a TMD.

encontra econômica e socialmente diversos países, sejam eles, centrais ou periféricos do sistema capitalista. Além de que, nessa divisão internacional do trabalho, torna-se possível reconhecer, em cada país, o setor produtivo de maior relevância interna, seja na área industrial ou agrícola. Contudo, mesmo que o objeto/fenômeno dos estudos da teoria marxista da dependência, nesse caso em específico, sejam as economias e sociedades latino-americanas, a análise que parte do caráter de dependência dos países periféricos inicia-se por um entendimento amplo do capitalismo; não só sobre o capitalismo latino-americano, mas, sobretudo, compelido pelo capitalismo global, de países centrais. É na forma divisão internacional do trabalho que se configura as relações de produção e a circulação dependentes ou não dependentes.

[...] a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência [...] cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (Marini, 2022, p. 171).

Quer dizer, a divisão internacional do trabalho condiciona – através da regra geral do capital, da circulação das mercadorias, da demanda econômica global e da produção interna de cada país – a um alto grau de subordinação e exploração econômica e política dos países periféricos a seu próprio benefício. Ainda que reiteremos a trajetória histórica da economia latino-americana no século XIX, com o surgimento da grande indústria e o seu caráter de país produtor de alimentos e matérias-primas de metais e minérios; esse movimento consolida as bases para o continente se estabelecer na divisão internacional do trabalho e atender as demandas de industrialização norte-americana e europeia (Marini, 2022, p. 172-173). São características provindas da era colonial das Américas, o que pode nos revelar a maneira arcaica de economia em que os países periféricos se encontram no sistema capitalista global.

Não obstante, esse condicionamento pressupõe, em sua formação, algumas contradições que são norteadas pela relação centro-periferia. Além da produção latino-americana estar alinhada aos interesses dos países centrais, sua contradição vai mais longe. Quantitativamente, a relação de escoamento do que é produzido na periferia, modifica o caráter da mais-valia no centro, e vice-versa; a medida em que se produz matérias-primas e alimentos para abastecer a indústria europeia e norte-americana, a acumulação de capital nos centros se modifica. Sendo assim, o deslocamento da produção de mais-valia absoluta abre espaço a produção majoritária de mais-valia relativa, ou seja, o caráter de produtividade do trabalho ganha destaque em relação a exploração do trabalhador; isso por um lado, por outro, as economias e sociedades latino-americanas sofrem o revés de serem pautados por uma política econômica que acentua a exploração do trabalhador, para o atendimento das demandas das economias centrais do

capitalismo (MarinI, 2022). Isso é uma das particularidades do capitalismo dependente, quando tratamos sobre a divisão internacional do trabalho.

É evidente que, essa relação, mesmo que desigual, permite um certo grau de produtividade e industrialização nas economias periféricas, afinal, além dessas economias estarem inseridas no desenvolvimento mundial do capitalismo – enquanto antíteses e sínteses carregadas de contradições, que se interrelacionam dialeticamente –, na organização econômico-social global, de modo que a troca entre elas, se dá como qualquer outra nação, é, também, necessário para as economias centrais, que a periferia do sistema se desenvolva, em certa medida, arrematando as indústrias de média complexidade e a agricultura, corroborando, mais uma vez, com a tese de Frank (1966), acerca do desenvolvimento do subdesenvolvimento, fazendo relação com as cidades do ABC paulista.

Digamos que a base para entendermos a predominância do modo de produção capitalista e as suas formas dependentes na América Latina, se deram a partir da divisão internacional do trabalho. Compreender esse fator, é de suma importância. Todavia, há outros aspectos que constituem a forma capitalista dependente dos países periféricos, e que explicam de maneira sintética, o delinear do desenvolvimento capitalista latino-americano. O fenômeno da exportação é um deles. As exportações, desde o Brasil colonial até os dias de hoje, são cruciais para o entendimento da condição e o grau de dependência em que nos encontramos diante da economia global. Logo, a categoria de exportação tem papel fundamental na análise acerca da dependência, e, não obstante, do imperialismo.

Iniciado com uma análise de Lênin, em sua obra sobre o imperialismo, a exportação ganha ênfase no processo de desenvolvimento dos países ditos subdesenvolvidos, pois, a eles restam, via de regra, optar por uma economia tipicamente primário-exportadora, e, ainda que industrializada, manter a política de exportação dessas mercadorias (Lênin, 2021; Bambilra, 2019). Predominantemente, as exportações na América Latina, foram de mercadorias, no século XIX; mercadorias como matérias-primas e alimentos. Essa dinâmica muda em consequência da transformação do capitalismo, que sai da livre concorrência e exportação de mercadorias “palpáveis”, para a exportação de capital, em sua forma monopolista e financeira (Lênin, 2021). Longe de perder o seu caráter de exportação de mercadorias, afinal, ainda hoje, o Brasil continua com sua política primário-exportadora de soja, trigo e carnes, no entanto, essa dinâmica acompanha as transformações do capitalismo mundial, ou seja, a adesão ao capital financeiro, a financeirização da economia. Entretanto, essa política é uma política de via única,

determinando fortemente a hegemonia do capital estrangeiro na inserção desta às economias dependentes.

Quanto maior o desenvolvimento do capitalismo, quanto mais sensível se torna a insuficiência de matérias-primas, quanto mais agudas são a concorrência e a corrida por fontes de matérias-primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias (Lênin, 2021, p. 108).

Esse processo de desenvolvimento do capitalismo, que se inicia nas colônias e vai até o estágio de países dependentes, na fase imperialista do capitalismo contemporâneo, denota não só as características específicas da formação capitalista, herdadas da época colonialista, mas também, que essas características perpetuam até a fase monopolista e financeira do capitalismo; para atender as demandas do capital estrangeiro e a expansão do capitalismo, a dinâmica primário-exportadora cresce cada vez mais, na América Latina, fazendo com que, nesse crescimento, a economia nacional e as transformações nos setores chave impulsionassem a indústria manufatureira (Bambirra, 2019, p. 65-66). Esse desenvolvimento é o que explica os aspectos constitutivos da industrialização do Brasil e a autora sintetiza esse movimento.

A indústria surge impulsionada originalmente pelas próprias leis de movimento que regem o desenvolvimento do setor exportador, mas logo gesta sua própria dinâmica e se torna independente deste setor. No entanto, sua independência é relativa, pois, embora a indústria tenda, no final das contas, a subordinar o setor exportador, necessita dele como condição de sobrevivência e expansão. Seus limites estão dados, portanto, pela dependência em relação ao funcionamento do setor exportador, que é, em última instância, a dependência em relação ao funcionamento do sistema capitalista mundial em seu conjunto (2019, p. 77).

Sendo assim, o fenômeno da exportação tem primordial relevância, sobretudo, no desenvolvimento capitalista das periferias do sistema. Além disso, carrega a importância na análise acerca da dependência; sem ele, a compreensão das contradições e movimentos econômicos, políticos e sociais do caráter dependente, se tornam incompletas.

Deste modo, o aspecto de exportações de matérias-primas e alimentos da periferia do capitalismo, para o centro, assim como sua exportação de capital, se mostram enquanto aspectos primordiais para os estudos iniciais do imperialismo. É a categoria fundante da análise da teoria do imperialismo; expressa, assim, tanto o poder econômico que os países centrais exercem sob a periferia do sistema, quanto o poder político de dominação e expansão territorial. Para tanto, é nesse processo de economia exportadora que vemos a taxa de lucro ser menor nos centros capitalistas e maior nas periferias, pois, as terras e os salários são baixos e as matérias-primas são baratas, fazendo com que a taxa de lucro e mais-valia sejam maiores nos países periféricos (Lênin, 2021). Contudo, no processo de transferência de valor das periferias para os centros, de exportação de mercadorias, essa baixa taxa de lucro e mais-valia dos centros se convertem em

um incremento de ambas, evidentemente, gozada de uma maior capacidade produtiva das periferias e de exploração do trabalho no atendimento dessas demandas (Marini, 2022). Neste ponto, a análise feita com o intuito de determinar as relações de trocas desiguais entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas, já não dá mais conta da crítica acerca da dependência.

A política de exportação, enquanto análise primeiro da dependência, direciona sua crítica, *a posteriori*, à categoria de superexploração do trabalho – como categoria da teoria marxista da dependência. Antes de tudo, é necessário afirmar, assim como disse Marini (2022, p. 231-232) que “[...] o fundamento da dependência é a superexploração do trabalho”, deste modo, a teoria marxista da dependência, está assentada nesta categoria, e, possibilita o entendimento das demais categorias e ações realizadas na relação centro-periferia.

#### **2.4. Acumulação capitalista e mais-valia**

Enquanto categoria explicativa do caráter de dependência, algumas outras categorias e determinações as acompanham. Para falarmos sobre a superexploração do trabalho, temos que nos debruçar na acumulação de capital e na mais-valia. Pontos determinantes no processo de formação econômico-social dependente.

Todo modo de produção tem, na acumulação, a sua origem primeira, a sua fonte e força motriz de criação de um novo modo de produção. Frente ao modo de produção capitalista, a acumulação se estabelece enquanto acumulação de capital; a base fundamental na construção do modo de produção e na formação econômico-social de cada sociedade. Outrossim, os estudos acerca da acumulação de capital servem para entendermos onde se enquadram cada ponto de superação de um modo de produção pelo outro. Desse modo, devemos observar criticamente os processos históricos e sociais de cada formação econômica através da acumulação primitiva de capital.

É certo de que, todo modo de produção perpassa por um processo de acumulação para a sua consolidação, entretanto, alguns processos de acumulação são diferentes em seu conteúdo. Se resgatarmos alguns processos de surgimento de novos modos de produção, servil, feudal e capitalista, notaremos que, em todos esses, a violência está assentada como base estruturante desse processo; além, é claro, da determinação que rege esse processo, que é a luta de classes.

A violência é fator indissociável do desenvolvimento da acumulação, seja qual for o modo de produção em questão (Marx, 2017). No caso específico de acumulação capitalista, a

configuração se torna diferente, não em sua forma violenta e exploratória, mas em seu conteúdo. De forma branda, inclusive, tomando como referência a acumulação primitiva de capital da transição entre modo de produção feudal e capitalista, o fenômeno da violência transparece na obra de Marx, ao dissecar sobre a acumulação primitiva de capital.

Na história real, como se sabe, o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência. Já na economia política, tão branda, imperou sempre o idílio. Direito e ‘trabalho’ foram, desde tempos imemoriais, os únicos meios de enriquecimento, excetuando-se sempre, é claro, ‘este ano’. Na realidade, os métodos da acumulação primitiva podem ser qualquer coisa, menos idílicos (Marx, 2017, p. 786).

Ao que parece, se consolida nesse processo, as bases para o surgimento de uma nova sociedade, baseada na violência, na privação e na propriedade privada dos meios de produção. A violência se torna uma ferramenta política, econômica e jurídica para essa consolidação. Torna, assim, o produtor em trabalhador assalariado, priva-o da propriedade, transformando todos os meios sociais, em capital (Marx, 2017). É primitiva, pois, antecede ao modo de produção capitalista, justamente na transição do feudalismo para o capitalismo. Maior expressão dessa violência no processo de acumulação primitiva de capital, é a fase colonialista dos séculos XVII ao XX, onde a brutalidade da escravidão dos povos negros fora a expressão máxima desse processo.

Tais métodos, como, por exemplo, o sistema colonial, baseiam-se, em parte, na violência mais brutal. Todos eles, porém, lançaram mão do poder do Estado, da violência concentrada e organizada da sociedade, para impulsionar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista e abreviar a transição de um para o outro. A violência é a parceira de toda a sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica (Marx, 2017, p. 821).

Isso implica dizer que, o caráter de acumulação primitiva de capital, na transição do feudalismo para o capitalismo, exigiu, para o seu acúmulo de riqueza, na produção de capital e mais-valia, o uso indiscriminado da violência. Não só a violência em si, mas a violência enquanto ferramenta econômica dos países colonialista sob os países colonizados.

Na experiência brasileira de acumulação primitiva de capital – diferente da acumulação em Inglaterra e Estados Unidos, onde a maquinaria e a grande indústria tiveram papel fundamental na transição capitalista e na extração de mais-valia e a revolução industrial fora importante nesse processo de acumulação –, a formação econômico-social tipicamente escravista se arrastava até finais do século XIX, denotando um caráter atrasado, economicamente, em relação aos países centrais do sistema. Não obstante, as relações de produção eram, concomitantemente, atrasadas. Afinal, o Brasil fora o último país do continente a abolir a escravidão e, para além disso, suas relações de produção escravistas, não atendiam

mais as demandas do capitalismo mundial, no que se refere aos mercados e capital estrangeiro dentro do país e a dinâmica de trabalho assalariado (Marini, 2022).

Não atendendo a essas demandas, o capitalismo, brasileiro e latino-americano, transiciona e se consolida por outras bases. Característico dessa formação, a implantação do capitalismo em nosso continente chega de forma tardia, em contrapartida ao capitalismo europeu, que já havia extraído excedentes de suas colônias, a formação do capitalismo na América Latina se desenvolve de maneira interna, no seio de seu próprio desenvolvimento agrícola e industrial, levando em conta que, o capital produzido aqui, sofria um processo de sucção para os países centrais, através da exportação de superlucros, intercambio desigual e exploração da terra e da mão de obra (Cueva, 2023, p. 81). Para tanto, a especificidade do desenvolvimento capitalista na América Latina condiciona a uma extração de mais-valia diferente dos países centrais, isso abre uma outra configuração na forma trabalho; o que ficará evidente quando falarmos sobre superexploração do trabalho.

[...] se tratando de uma via de desenvolvimento como a que se dá na América Latina, o alargamento da jornada de trabalho é vital, dado que o principal mecanismo de acumulação está constituído pela extração de mais-valor absoluto (Cueva, 2023, p. 151).

Ainda que, a industrialização torne essa dinâmica de extração de mais-valia absoluta inapropriada, passando para a extração de mais-valia relativa, ou seja, por uma produtividade maior, as consequências da formação capitalista dependente impossibilitam essa supressão na economia latino-americana. É nesse processo desigual e exploratório que se solidifica a separação entre o produtor direto e os meios de produção, a assim chamada acumulação primitiva de capital na América Latina dá espaço a um capitalismo submetido aos capitais monopolistas.

Em se tratando de acumulação capitalista, saindo da sua forma primitiva e adentrando ao seu desenvolvimento interno e particular, onde a acumulação não diz mais respeito à transição de um modo de produção por outro, mas sim, ao seu desenvolvimento e aos interesses do capitalista. A acumulação de capital terá relação com todos os aspectos da nova sociedade, seja no centro ou na periferia do sistema. Todas os métodos para aumentar a força produtiva do trabalho, estará, por conseguinte, com o objetivo de aumentar a produção de mais-valia e de mais-produto, o que, por sua vez, é o fundamento principal da economia capitalista e o elemento constitutivo da acumulação (Marx, 2017, p. 700). Tendo o ponto de partida na acumulação primitiva de capital, a acumulação capitalista se torna a ferramenta principal das formações econômico-sociais.



Em sua totalidade, a acumulação carrega consigo contradições internas do capitalismo, quando analisamos dois conceitos centrais do modo de produção capitalista: a centralização de capital e a concentração de capital.

Partes constitutivas da acumulação de capital, esses conceitos nos servem para elucidar as lutas internalizadas do sistema e o explícito embate diante da conquista de capitais mundo à fora. A centralização se baliza no procedimento de acumulação de capital de vários capitalistas; na luta entre eles, o capital ainda se vê difundido entre muitos capitalistas do mundo, com o capital (maquinário, ferramentas, extensão de propriedades e força de trabalho) ainda fragmentado e menor, na mão de muitos capitalistas (Marx, 2017). Esse movimento perpetrado entre os capitalistas, é inerente ao seu desenvolvimento histórico, pois, no processo de acumulação, a concorrência e o crédito, são fundamentais para a centralização e a conquista de mercados nas colônias. A concentração se realiza enquanto superação desse processo de centralização do capital. Depois de terem passado pela luta entre capitais menores e fragmentados, com o objetivo de angariar riqueza, os capitalistas dominam os capitais menores através da concorrência, diminuindo os seus adversários do ramo; eles concentram cada vez mais capital, na mão de poucos capitalistas, até que esse capital concentrado se torne individual ou apenas limitado a um grupo/sociedade de capitalistas, nas palavras de Marx (2017, p. 701) “expropriação de capitalistas por capitalistas, conversão de muitos capitais menores em poucos capitais maiores”. O funcionamento dessas contradições conduz ao que chamamos de monopólio.

No entanto, com enfoque em priorizar as formações propriamente latino-americanas, essa acumulação de capital se torna outra, que não a acumulação realizada em Europa e América do Norte. Sua construção dialoga com conceitos que percorrem pela mais-valia absoluta e relativa, assim como todas as formações econômico-sociais propriamente capitalistas, mas, com suas particularidades e determinações.

Com isso, a introdução dos conceitos de mais-valia, com a finalidade de esclarecer as suas relações com a categoria de superexploração do trabalho – categoria fundamental da teoria marxista da dependência – e as posteriores análises acerca da realidade do ABC paulista, se tornam prioridade nos estudos da dependência.

Sintetizando o conceito de mais-valia, com a finalidade, apenas, de caracterizar o seu movimento constitutivo e, demonstrar o entrelaçamento entre este, com a superexploração do trabalho, o ponto de partida é, reafirmar que a mais-valia é parte inerente e consolidada do modo

de produção capitalista, seja qual for a formação econômico-social em que nos debruçemos. De modo geral, a mais-valia é dividida em várias partes que explicam cada um dos seus movimentos e implicações nas relações de produção e nas forças produtivas. Cada modificação dentre essas implicações, causa uma transformação na produção e na vida social; seja no tempo socialmente necessário para a produção de uma mercadoria, seja na elevação das forças produtivas.

Primeiramente, dediquemos a massa de mais-valia e as suas partes constitutivas. A massa de mais-valia corresponde, integralmente, a composição dos processos de trabalho no regime capitalista, ou seja, na lógica que visa a extração do excedente do trabalho e a exploração do trabalho (Marx, 2017). Desta maneira, a massa de mais-valia seria entendida enquanto a mais-valia em si, que soma todos os seus processos individuais em um só funcionamento. Marx (2017) nos fornece uma fórmula didática para a visualização dessa composição, diz ele:

Chamemos, portanto,  $M$  a massa do mais-valor,  $m$  o mais-valor fornecido pelo trabalhador individual no dia médio,  $v$  o capital variável diariamente adiantado na compra da força de trabalho individual,  $V$  a soma total do capital variável,  $f$  o valor de uma força de trabalho média,  $t'/t$  (trabalho excedente/trabalho necessário) o seu grau de exploração e  $n$ , o número de trabalhadores empregados (Marx, 2017, p. 376).

Essa fórmula contém toda a composição da mais-valia, expressa em suas fases constitutivas. Vale ressaltar que, essa composição se altera, diminuindo ou aumentando, a depender da modificação de suas partes. No entanto, suas determinações não têm por objetivo, alterar-se em suas composições. Se se diminui em um componente, aumentasse em outro para manter a mais-valia no seu fluxo normal. “A diminuição do capital variável é, assim, compensável por um aumento proporcional no grau de exploração da força de trabalho [...]” (Marx, 2017). Com isso, o mecanismo do capital se mantém em movimento, em prol da demanda por lucros.

No que concerne à taxa de mais-valia, as categorizações são distintas. Enquanto a massa de mais-valia condiz com a totalidade do procedimento de exploração da força de trabalho, a taxa de mais-valia se refere a própria dinâmica da exploração. Compõe-se entre tempo de trabalho necessário e a parte excedente do tempo de trabalho, ou seja, mais-trabalho, o que na fórmula de Marx, entendemos por  $m/v$  (mais-trabalho/trabalho necessário) (Marx, 2017, p. 294). O mais-trabalho, aqui, é entendido como mais-valia, a letra  $m$ , e o trabalho necessário é o capital variável empregado na força de trabalho, a letra  $v$  desse exemplo.

Neste sentido, a taxa de mais-valia é a expressão máxima da exploração do trabalhador. Mesmo que a composição dela inclua o mais-trabalho e o trabalho necessário, a taxa se

contempla na forma mais-trabalho, ou, mais-valia. Podendo diminuir ou aumentar, na medida em que a jornada de trabalho se altera, concomitantemente (Marx, 2017). Esta formulação, compreendida, precisamente pela taxa de mais-valia, ou, mais-valia em si, abre caminho para a dinâmica entre mais-valia absoluta e mais-valia relativa; todos, conceitos centrais para o entendimento da superexploração do trabalho.

Por mais-valia absoluta e relativa, podemos determinar que, as suas partes constituem o mesmo processo, com a mesma finalidade de interesses capitalistas, a saber, a produção de mais-valia. A distinção que se faz, aqui, após compreender que a formação da taxa de mais-valia é feita por mais-trabalho sob trabalho necessário, é, saber por qual meio se extrai a mais-valia. Se se obtém pelo prolongamento da jornada de trabalho, ao qual se deriva a mais-valia absoluta; ou, de outra maneira, se se obtém através da redução do trabalho necessário e aumento do trabalho excedente, de modo que se altere a proporção entre as duas partes da jornada de trabalho (Marx, 2017, p. 390). Especificamente sobre a mais-valia relativa, há uma determinação que implica em sua dinâmica, o capital investido em forças produtivas (trabalhadores, maquinários, salários e outros) que pode aumentar a produtividade do trabalho, reduzindo a jornada de trabalho necessária e, conseqüentemente, aumentando o trabalho excedente que vai para o capitalista (Marx, 2017). Esse capital investido para aumentar a produtividade do trabalho pode modificar as proporções e a extração de mais-valia.

## **2.5. Superexploração do trabalho e subimperialismo**

A categoria de superexploração do trabalho, além de ser o fundamento da teoria marxista da dependência, contém, também, variadas determinações que contextualizam o seu mecanismo. A teoria da mais-valia em Marx (2017) possibilita essa relação, já que a própria teoria marxiana ressalta o caráter exploratório dessa dinâmica.

O que a categoria de superexploração do trabalho faz, é dialogar com os processos que são inerentes a produção de mais-valia – objetivo central do capitalismo – para elevar o entendimento acerca do desenvolvimento capitalista nos países periféricos do sistema. E, assim, através de um estudo sistemático do processo de desenvolvimento do capitalismo dependente, compreendermos as especificidades da formação econômico-social latino-americana, no que concerne a produção e reprodução da vida social.

Como referido anteriormente, quando tratamos sobre a acumulação primitiva de capital e a acumulação de capital, as características de desenvolvimento do capitalismo são distintas entre países centrais e países periféricos do mesmo sistema. Para o primeiro, o desenvolvimento capitalista e a acumulação, na transição entre um modo de produção para o outro, se realizou sob a centralização e a concentração de capitais, expansão do mercado interno, extração de riquezas, exploração do trabalho e exportação de capital<sup>6</sup> para as colônias e países subalternos. Já a acumulação dos países periféricos, estavam condicionadas a exercer um papel coadjuvante na economia mundial; além de cumprir com as demandas da centralidade do capitalismo, eram explorados e saqueados por estes. Isso remonta a uma acumulação tipicamente primário-exportadora, de minérios e alimentos, de um processo de industrialização aquém dos parâmetros centrais e uma dinâmica de exploração do trabalho, ou seja, de produção de mais-valia que caracterizava esse lugar de dependência, e impedia o progresso técnico e produtivo do continente (Marini, 2022; Bambirra, 2019; Santos, 2018). Portanto, a formação econômico-social latino-americana, está balizada por um outro tipo relação de trabalho, produção e circulação da economia e da sociedade.

Essa acumulação de capital tipicamente dependente, onde se forma a economia latino-americana, está sujeita a um contraste entre a configuração da acumulação de capital norte-global. Esta acumulação, que visa a exportação de capital para as periferias, com o intuito de se expandir e dominar capitais alheios, faz isso a partir de um certo método de trabalho, afinal, os resquícios do modo de produção escravista, emaranhados por um modo de produção onde o lucro é a sua finalidade, reconfigura as relações de trabalho. A demanda dos capitais estrangeiros para as sociedades dependentes são o suficiente para que a lógica da produção de mais-valia, se altere.

Mas esse processo estava marcado por uma profunda contradição: chamada para contribuir com a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, a América Latina teve de fazê-lo mediante uma acumulação baseada na superexploração do trabalhador. É nessa contradição que se radica a essência da dependência latino-americano (Marini, 2022, p. 194).

O desenvolvimento produtivo na América Latina aumenta a superexploração, com a finalidade de transferir valor para os países centrais. Uns mais, outros menos. O fato de haver uma tipologia entre os países latinos, feita por Bambirra (2019), nos esclarece as ações que possibilitaram a essa acumulação se desenvolver dessa forma. Mesmo em países ainda mais subdesenvolvidos em relação ao Brasil, México e Argentina, tais como Peru e Venezuela, a

---

<sup>6</sup> Capital, aqui, entendido como: meios de produção, ferramentas, maquinários, dinheiro (investimento), fábricas; a transferência de capital financeiro, através do predomínio dos bancos nos países dependentes.

acumulação ainda sim, fora desenvolvido de forma exploradora e generalizante, do ponto de vista metodológico da dependência e da categoria de superexploração do trabalho.

Com as contradições no âmbito da produção e da circulação se aflorando, expressas mediante a relação desigual e dependente entre países, a dinâmica da mais-valia adentra na análise acerca da superexploração. Marini (2022) aponta para três mecanismos da extração de mais-valia: a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação da parte do tempo de trabalho necessário do trabalhador para a reposição da força de trabalho. Esses são os momentos identificados em uma alta exploração do trabalhador. Essa densidade da superexploração – enquanto categoria explicativa e específica dos países dependentes –, revela, assim, a incapacidade econômica e política desses países, em superar suas dependências tecnológicas e a transferência de valor para os países centrais, aspectos que atravancam o seu desenvolvimento e acentuam a superexploração do trabalho (Borges et al, 2020, p. 5).

Isso favorece, em maior medida, as burguesias centrais do sistema; fornece a elas a possibilidade de aumentar seus lucros às custas da classe trabalhadora latino-americana. No desenvolvimento capitalista dependente, o fator de superexploração do trabalho coexiste entre as duas dinâmicas universais do capitalismo, a extração de mais-valia absoluta (prolongamento da jornada de trabalho) e mais-valia relativa (aumento do trabalho excedente através do aumento da produtividade do trabalho, intensidade do trabalho, diminuição dos salários e meios de produção). A superexploração inicia seu ciclo pelo incremento de uma maior jornada de trabalho, ou seja, através da extração de mais-valia absoluta (Marini, 2022). O que torna compreensível, visto que, a formação econômico-social brasileira, por exemplo, e a sua forma de acumulação de capital, está estruturada em anos de escravização do povo negro. É evidente que, essas relações de superexploração do trabalho não estão somente inseridas nas relações de produção dos países periféricos; os países centrais também se encontram nessa dinâmica. Entretanto, com uma intensidade e um contexto histórico e social totalmente adverso das sociedades latino-americanas. Com relação a isso, definimos a superexploração da seguinte forma:

Superexploração seria uma forma de aumentar a exploração, cuja característica central é que se faz por meio da violação do valor da força de trabalho. Essa violação é o que a diferencia tanto da mais-valia relativa quanto da absoluta, que pressupõem o pagamento integral do valor da força de trabalho. [...] Ainda assim, seria fundamento apenas da dependência, na medida que, para as formações sociais dependentes, seria uma forma dominante e estrutural de dinâmica da extração de mais-valia (Borges et al, 2020, p. 6)

Após a consolidação da acumulação de capital e as suas variadas formas de desenvolvimento produtivo – seja pela industrialização dos anos 1930 a 1950 ou pela dinâmica de exportação – a extração correspondente ao novo modelo de capitalismo no Brasil, o de dependência, implica a exploração através da mais-valia relativa. Isso não implica dizer que, as duas concepções de mais-valia analisadas aqui, para a compreensão da superexploração, deixaram de coexistir. Porém, ao passo que a extração de mais-valia absoluta não corresponde, estritamente, ao mercado interno e externo, a mais-valia relativa se acentuará nesse processo. As transformações em ambas, dão ritmo à dinâmica da superexploração do trabalho nos países dependentes. Como diria Marini em seu ensaio sobre a dependência:

[...] a exigência de especificar as leis gerais de desenvolvimento capitalista não permite, desde um ponto de vista rigorosamente científico, recorrer a generalidades como a de que a nova forma de dependência repousa na mais-valia relativa e no aumento da produtividade (2022, p. 231).

O movimento realizado entre as duas partes da mais-valia, são constitutivas do desenvolvimento capitalista, em geral, e não uma mera trivialidade das formações sociais dependentes. Para tanto, Marini ressalta o papel fundamental na análise da teoria marxista da dependência, que é a de “determinar o caráter que assume na economia dependente a produção de mais-valia relativa e o aumento da produtividade do trabalho” (ibidem). Em linhas gerais, o marco teórico da superexploração do trabalho e da teoria marxista da dependência, em geral, perpassa por analisar a totalidade da sociedade sob a luz dessas categorias; por se beneficiar dessa teoria, enquanto ferramenta de interpretação e mudança da realidade e, não obstante, compreender as nuances e desdobramentos que a teoria de mais-valia relativa e o aumento da produtividade do trabalho, possam trazer ao entendimento das relações sociais e políticas.

Em ambos os casos, é na lei geral de acumulação de capital que esses fenômenos se expressam. Em que, os conflitos na relação entre capital-trabalho, onde a superexploração está inserida tanto na dinâmica da extração de mais-valia absoluta, quanto na mais-valia relativa; a expansão do exército industrial de reserva e outros (Marini, 2022), devem ser solucionados na perspectiva de superação desses conflitos. Isso só é possível, se o trabalho feito acerca dessas categorias, forem dirigidas diretamente para os problemas reais das sociedades dependentes.

Demonstrado, aqui, que o ponto central da teoria marxista da dependência é a categoria de superexploração do trabalho, e que ela implica a exportação de mercadorias e de capital, o aumento do tempo de trabalho necessário e excedente – perpassando por uma relação de exploração do prolongamento da jornada de trabalho –, o aumento da intensidade do trabalho e a demanda interna e externa que precisava ser atendida pelos países periféricos. Outros fatores

acompanham as implicações da categoria de superexploração. Segundo Marini (2022, p. 232) “Não nos resta, nesta breve nota, senão advertir que as implicações da superexploração transcendem o plano da análise econômica e devem ser estudadas também do ponto de vista sociológico e político”, em outros termos, o que requeremos desta categoria, é a sua análise sociológica e política sob a perspectiva racial e de gênero, por exemplo (Borges et al, 2020); entendermos que, a situação de dependência e as implicações da superexploração do trabalho, estão permeadas por um recorte de raça e gênero, onde, a cada delimitação das opressões sofridas, essas ligações se acentuam. Sob esses termos, podemos dar consistência a nossa interpretação da totalidade social, entrelaçando economia, sociologia e política, com a categoria de superexploração do trabalho na periferia do sistema capitalista.

Em profundo alinhamento com as categorias de superexploração e imperialismo – enquanto fundamentos determinantes da dependência –, este último desloca toda a análise no sentido macro, totalizador de seu próprio movimento; além da superexploração conformar o imperialismo, visto a capacidade de dialogarmos com diversos países e suas realidades, através desta categoria (Borges et al, 2020, p. 21). Isso demonstra a dinâmica dialética entre os dois momentos, quando um dialoga e conforma ao outro e vice-versa, formando, assim, um todo complexo e permeado por aspectos sociais, econômicos e políticos.

Contudo, há uma nova fórmula de imperialismo, um novo entendimento acerca de suas ações no globo e nos países periféricos. Essa nova inserção, baseada na superexploração do trabalho e na dependência dos países subdesenvolvidos, dá espaço para uma nova categoria de imperialismo.

O novo imperialismo, o que o torna consideravelmente mais complexo que o imperialismo clássico, tem seus vetores de ação em movimento num contexto de supremacia do capital fictício, um contexto de expansão dos mercados sem precedentes e de dispersão do poder político e econômico para novos países do globo (Xavier, 2018, p. 388).

Essa expansão de mercados e dispersão do poder político e econômico para novos países, caracteriza uma outra configuração de imperialismo, muito característico dos países subdesenvolvidos, porém, com determinado grau elevado de desenvolvimento, o que compete a estes, um lugar diferente na produção e reprodução do capital e na geopolítica mundial.

O novo imperialismo tem resultado, nas economias periféricas (América Latina, Ásia, África e outras parcelas do globo) em ampliação da pobreza e da miséria, perda de alguns direitos que foram duramente conquistados, bem como precarização das condições de trabalho (Xavier, 2018, p. 388).

Em meio a essas condições, em que o novo imperialismo inflige sob os continentes supracitados, essa nova configuração da categoria se torna elucidativa, diante da nova divisão internacional do trabalho. O que não são mais sobre as cadeias produtivas de outrora, propriamente do início do século XX e da industrialização dos anos 1930, se torna, assim, prática de poder político e econômico entre os países periféricos e dependentes. Se trata de configurar a América Latina, a exemplo, dentro da própria dinâmica do imperialismo global ao que, anteriormente, condizia apenas aos países centrais do capitalismo.

Assim, a formulação de imperialismo inserido nos continentes periféricos, onde há países “satélites” do imperialismo central, enquanto países subdesenvolvidos e subservientes a economia central; em que esses países satélites, tenham o poder político e econômico de conduzir uma parcela da economia daquele continente, a seu favor, e extrair valor desses países ainda mais subalternizados do que aqueles que os já são; estes são chamados de países subimperialistas (Marini, 2013).

Por parte dos mecanismos do tradicional imperialismo, a exportação de capital fora uma das formas de expandir o capital brasileiro para os outros países da América Latina, viabilizando um domínio brasileiro nesses países. Segundo Marini (2013, p. 129) a tentativa da burguesia de fomentar o comércio – visto a incapacidade em expandir o seu mercado interno, no pós-golpe de 1964 –, fez com que, anteriormente, visasse essa expansão interna enquanto reforma estrutural, contudo, essa política não passou de uma política reformista, já que o Brasil tomou a iniciativa de exportar, ao invés de desenvolver o mercado internamente. O que essa iniciativa propôs, na verdade, é uma nova configuração na dinâmica geopolítica e econômica, e o subimperialismo nada mais é, que, a expansão imperialista do Brasil para os países dependentes vizinhos, sob a tutela do imperialismo estadunidense. Isso reconfigura o que entendemos sobre imperialismo em seu conteúdo, mas não modifica sua forma de ser; os países centrais, ainda continuam sendo hegemônicos na manutenção do poder político e econômico.

Em interrelação com o subimperialismo e acumulação de capital, a economia brasileira sofrera com as políticas imperialista, aquilo que fora a acumulação realizada durante toda a história brasileira, enquanto país primário-exportador. O que resta, aqui, é salientar a nova acumulação que conduz o país a um novo patamar diante da transferência de valor e expansão do seu capital, pois, com a expansão e/ou exportações de capitais, o país expande, concomitantemente, o seu exército, a sua influência política e econômica sob os países subdesenvolvidos que compõe a América Latina; tal feito, seria, também, um dos aspectos constitutivos de um país subimperialista (Marini, 2013).



Em suma, o subimperialismo é a satelitização dos países periféricos sob a égide dos países centrais do sistema capitalista. É a síntese da incapacidade dos capitais estrangeiros de se expandirem dentro dos países dependentes, unido com a incapacidade dos próprios países definidos enquanto subimperialista, de terem seus capitais internos expandidos no território nacional e, tampouco, nos países periféricos vizinhos (Marini, 2013). Conclusão disso é que, inviabilizado o processo de expansão desses capitais e, conseqüentemente, a expansão militar e de influência política dos países centrais do capitalismo, resta, então, aos países subdesenvolvidos, satélites do imperialismo, em função de sua subalternização, dominar o capital de países como Argentina, Chile, Uruguai e outros. isso, para que a extração de mais-valia seja atendida pelos países hegemônicos do sistema capitalista e imperialista de produção.

### 3. A CAPACIDADE PRODUTIVA DA REGIÃO DO ABC PAULISTA

A cada município em que nos debruçamos em nossa pesquisa, denotamos características específicas do fenômeno estudado. Aspectos que cada região obtém diante da sua posição na divisão nacional do trabalho. Este processo é padronizado, tendo em vista que, em cada região, historicamente, se constitui determinadas formas de se produzir, seja pela questão geográfica ou logística do local, região ou município. Ao notar essas alterações, relocalamos em pauta a discussão sobre a capacidade produtiva das regiões estudadas.

De toda maneira, a capacidade produtiva enquanto indicador econômico, esclarece a nós, os aspectos regionais e, concomitantemente, despertam o interesse no leitor em saber quais são as principais atividades econômicas da região. Esses indicadores são fundamentais para entendermos fenômenos de diversas ordens e, aqueles indicadores que podemos chamar de variáveis dependentes da pesquisa, tais como desemprego, estabelecimentos, salários e outros. Com base nos dados auxiliares neste capítulo, vejamos a capacidade produtiva da região constituída pelos três municípios – Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul – e suas variáveis.

Tomando a região em sua totalidade, abarcando o Grande ABC paulista e trazendo os dados que incluem as sete cidades da região, porém, colocando como enfoque, os setores automobilístico, químicos e petroquímicos e borrachas e plásticos, pois, esses setores estão predominantemente localizados nas cidades supracitadas, contextualizemos este estudo da realidade da região, no que se refere aos aspectos de dimensões concisas, ou seja, dados que possam trazer, iminentemente, concretude para o estudo específico de cada cidade.

Partindo de alguns dados relativos ao ano de 2015<sup>7</sup> como parâmetro de nossa sistematização, tendo por princípio, as ocupações e o valor da produção de cada setor em questão. Vejamos, assim, suas respectivas informações:

**Quadro 1** – Ocupações e Valor da produção no ABC paulista em 2015.

Setor	Ocupações	Valor da Produção (milhões)
<b>Automobilístico</b>	35.710,71	54.049,09
<b>Químicos e petroquímicos</b>	4.953,87	10.984,73
<b>Borrachas e Plásticos</b>	23.707,78	8.057,64

Fonte: elaborado por Freitas e Carvalho (2022).

<sup>7</sup> A escolha do ano em questão, em 2015, se dá por uma análise comparativa com os outros setores produtivos dos três municípios, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, e, para demonstrar a relevância dos setores, automobilísticos, químicos e petroquímicos e borrachas e plásticos.

Os dados elencados acima, tem o papel de introduzir a relevância desses setores produtivos dentro da indústria de transformação – que é o nosso foco de pesquisa – e, assim, podermos explicitar os condicionantes sociais e políticos em que os aspectos econômicos suscitam na região. Como observamos, os três setores da indústria do ABC paulista supracitados têm a predominância econômica; quando comparado aos outros setores – como o comércio de atacado e varejo, com ocupações em cerca de 213 mil e o valor de produção cerca de 21 milhões e a construção, com ocupações em cerca de 82 mil e o valor de produção em cerca de 10 milhões (Freitas; Carvalho, 2022) –, isso se torna ainda mais evidente. Não pela totalidade entre ocupações e valor – afinal, comércios e construções, ocupam mais do que as três áreas industriais –, mas sim, pela proporção entre a quantidade total dessa categoria industrial (indústria de transformação), que ocupa menos, mas tem um valor de produção maior, em relação as duas áreas citadas.

Esses são os setores que representam a larga produção do Grande ABC paulista, de relevância fundamental para a economia da região e do Estado de São Paulo. Para tanto, na premissa leninista da análise dos fenômenos e da formação econômico-social, afirma-se que, “na teoria leninista da formação econômico-social, a ênfase está no *social*. O social (as relações entre homens) incluindo o *político*, que não pode separar-se dele, reage profundamente sobre o econômico” (Lefebvre, 2020, p. 189). Posto isso, notamos que a implicação dessa afirmação deve revelar a intenção de dar um caráter social e político ao fator econômico, aos aspectos da política econômica da região, o que inerentemente deve ser aplicado às condições da análise da pesquisa.

Diante dessa afirmação, devemos abordar problemas e temas econômicos, entrelaçando-os as questões de caráter político e social; isso requer um trabalho voltado ao método dialético de análise da realidade do ABC, isso requer a abordagem leninista dos fatores em voga. Tendo em vista as estimativas de ocupações na indústria de transformação – classificação que estamos analisando –, da divisão da Comissão Nacional de Classificação (CONCLA), em 2014, as ocupações estimavam entre 299 e 315; no setor de metal-mecânica (metalúrgica, fabricação de produtos de metal, máquinas e equipamento, automóveis), no mesmo ano, entre 158 e 173 ocupações (DIEESE, 2014). No ano de 2015, caem para 283, na indústria de transformação e 149 nos setores de metal-mecânica (DIEESE, 2015). Isso, somado com 29,9% do conjunto das áreas de automobilística, plásticos e borrachas e químicos e petroquímicos na participação econômica da região, enquanto os demais setores da região, incluindo o comércio por atacado e varejo e o setor da construção, somam-se 59,1%, em um total de 89% de participação

econômica, dá a dimensão da realidade entre esses anos; uma predominância em ascensão do comércio e da construção, em detrimento da indústria de modo geral (Freitas; Carvalho, 2022). Isso revela o processo de desindustrialização acometido na região – posto que, somente o comércio por atacado e varejo corresponde a 8,9% da participação, enquanto outros setores não chegam a 5% da sua participação na região, na totalidade dos dados (Freitas; Carvalho, 2022).

Contudo, mesmo com a predominância dos setores automobilísticos, de borrachas e plásticos e de químicos e petroquímicos – no conjunto dos aspectos explanados no (Quadro 1) –, o ABC vem se tornando uma cidade cada vez mais comercializadora de produtos do atacado e do varejo e menos dedicada à sua indústria motriz.

Outros fatores são (números de trabalhadores, massa salarial e salário anual média por trabalhador). Essas são categorias – assim como as verificadas acima – que podem elucidar algumas concepções sobre a região e sobre os setores industriais, em específico, pontuando contradições e verificações já estabelecidas.

**Quadro 2** – Número de trabalhadores, massa salarial e remuneração média anual, por setor de atividade econômica no ABC paulista em 2015.

Setor	N° de trabalhadores	Massa salarial	S/A média por trabalhador
Automobilístico	35.523	3.502.619,26	98.601,45
Químicos e Petroquímicos	4.746	400.713,52	84.431,84
Borrachas e Plásticos	23.227	952.114,34	40.991,71

Fonte: elaborado por Freitas e Carvalho (2022), a partir dos dados da RAIS (2015).

Como é de se notar, os maiores índices de salário do ABC ficam por conta do setor automobilístico, seguidos por Borracha e Plásticos e Químicos e Petroquímicos. Isso está atrelado a massa salarial, o que diverge do salário anual/média por trabalhador; é interessante notar que, mesmo que a massa salarial de borrachas e plásticos fosse mais alto nesse ano, do que químicos e petroquímicos, o salário anual/média por trabalhador do setor de químicos e petroquímicos é mais alto. Isso demonstra que o setor de químicos e petroquímicos, em média, remunera melhor, já que essa massa compõe o conjunto dos salários, 13° salário e outros benefícios trabalhistas, que compõe essa massa salarial. Levando-se em consideração todos os benefícios que o trabalhador da indústria de transformação goza, como, descanso semanal remunerado, Auxílio-doença, Aposentadoria especial, e, em algumas empresas, o pagamento de PLR (Participação nos Lucros e Resultados).

Nesse sentido, a análise do desenvolvimento do capitalismo latino-americano, que conduz a uma crítica das relações econômicas, políticas e sociais, dimensionada a partir do grau de dependência e subdesenvolvimento, ratifica aquilo que Lenin (2017; 2023) expõe no

decorrer de suas obras: a lei do desenvolvimento desigual. Entretanto, há que se pensar que, tal lei, não está resumida à compreensão dos fenômenos de Estados/nações, mas também em ramos e setores da produção.

[...] os grandes países capitalistas não avançam regularmente, na mesma fila, ao mesmo nível, com o mesmo passo [...]. E se, à escala histórica e mundial, coexistem níveis de desenvolvimento muito diferentes, as mesmas diferenças (mais ou menos acentuadas), encontram-se também em cada país capitalista, por vezes até dentro do mesmo ramo de produção.

Por isso as relações prodigiosamente entrelaçadas que Lenin verifica: entre países capitalistas ‘desenvolvidos’ – entre os países desenvolvidos e os países menos ou não desenvolvidos – entre ramos e setores da produção (Lefebvre, 2020, p. 195).

Tendo por desenvolvimento desigual os ramos e setores da produção – com o desenvolvimento desigual não sendo, apenas, estabelecido pelo desenvolvimento da economia –, os setores examinados são um exemplo claro do caráter dependente da região, e não só os três setores citados anteriormente, mas também, toda a cadeia produtiva da região do ABC, revelando a disparidade salarial e ocupacional entre eles, como uma das características dessa dependência. Podemos dizer que o desenvolvimento desigual dos ramos e setores da produção na região, são consequências diretas do caráter de dependência econômica e política da região.

Por conseguinte, há um movimento característico do desenvolvimento das economias latino-americanas que, segundo Cueva (2023, p. 151), o desenvolvimento das forças produtivas que possibilita essas economias saírem da extração de mais-valia absoluta e transitar para a extração de mais-valia relativa, ou seja, a medida em que o país periférico dependente se desvencilha de forças produtivas que visam a extração de mais-valia absoluta (prolongamento da jornada de trabalho), e se desenvolve produtivamente, alcança-se um patamar mais elevado de suas forças produtivas e a economia passa a se desenvolver a partir da extração de mais-valia relativa (maior produtividade através de maquinários, ferramentas e força de trabalho). Essa condição de capitalismo dependente, em especial, na América Latina e no Caribe, não pode ser analisada, única e exclusivamente, a partir de condicionantes econômicos previamente estabelecidos; aqui tratamos de enfatizar e colocar no centro de nossa abordagem, o caráter político da dependência. Indiscutivelmente, o caráter dependente da periferia do capitalismo está diretamente conectado com o capital monopolista, ou seja, o imperialismo. Sendo assim, os capitais investidos nos países periféricos, perpetuam a sua própria lógica produtiva, de jornada de trabalho e baixos salários, na busca de superlucros; pois, essa é a política imperialista nos países de capitalismo dependente, a obtenção de uma maior taxa de lucro.

Alinhado aos padrões salariais que desenvolvemos aqui, um outro fator que nos oferece aportes sociais e econômicos para a compreensão do aprofundamento da desindustrialização da

região, são os números de estabelecimentos e empregados industriais da região. Notamos, através desta nova métrica, que o balanço durante os anos de 2008 a 2018, não foram favoráveis a indústria de mercadorias de média complexidade tecnológica; o que nos remete a uma análise tanto da divisão do trabalho – sendo o ABC, a região que prioriza a exportação de mercadorias de média complexidade tecnológico – quanto da desindustrialização que acomete esses estabelecimentos.

Conceição, Monea e Yamauchi (2018) analisaram o grau de complexidade dos produtos exportados e importados entre os anos de 2007 e 2017 e verificaram que, em 2017, cerca de 49% das exportações do Grande ABC é classificada como de ‘média complexidade tecnológica’. No caso das importações, os autores demonstram preocupação, pois constatou-se também que os produtos de média complexidade tecnológica possuem a maior participação na pauta de importações da região, cerca de 49,38% em 2017 (Yamauchi; Tourinho, 2021 *apud* Conceição; Yamauchi; Monea, 2018, p. 24).

Compreende-se que, as características dessas mercadorias estão muito bem fundamentadas a partir de uma perspectiva de produção, recursos, intensidade, entre outras fundamentações para caracterizar essa categoria de mercadorias; isso, é claro, inclui as mercadorias que citamos anteriormente e as que estamos trabalhando aqui: automóveis, químicos e petroquímicos e borrachas e plásticos.

Núcleos de produção principal de economias maduras; moderados níveis de pesquisa e desenvolvimento; requer mão-de-obra mais especializada; intensivas ligações para frente e para trás na cadeia produtiva; processos de produção estáveis e produtos com baixa diferenciação; produção em massa; barreiras de entrada tender a ser altas (Conceição; Yamauchi; Monea, 2018, p. 22).

Com essas categorizações sobre as mercadorias de média complexidade tecnológica, discorreremos acerca dos estabelecimentos e dos empregados da indústria do ABC paulista. O quadro que iremos expor, conta com reduções graduais no tamanho dos estabelecimentos por número de empregados.

**Quadro 3** – Tamanho e quantidade de estabelecimentos por número de empregados entre 2008 e 2017.

(continua)

Tamanho do estabelecimento por n° de empregados	Estabelecimentos					
	2008	2011	2014	2015	2016	2017
50 a 99 empregados	<b>424</b>	<b>415</b>	<b>366</b>	<b>341</b>	<b>303</b>	<b>287</b>
100 a 249 empregados	<b>243</b>	<b>247</b>	<b>235</b>	<b>214</b>	<b>183</b>	<b>194</b>
250 a 499 empregados	<b>99</b>	<b>94</b>	<b>86</b>	<b>71</b>	<b>71</b>	<b>61</b>

(conclusão)

Tamanho do estabelecimento por n° de empregados	Estabelecimentos					
	2008	2011	2014	2015	2016	2017
500 a 999 empregados	<b>45</b>	<b>43</b>	<b>35</b>	<b>34</b>	<b>31</b>	<b>31</b>
1000/mais empregados	<b>28</b>	<b>28</b>	<b>25</b>	<b>21</b>	<b>19</b>	<b>17</b>

Fonte: elaborado por Yamauchi (2020), com base nos dados da RAIS/CAGED do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho e Emprego) entre os anos de 2002 e 2018.

Corroborando com a coerência da análise, que coloca a crise deste período como o maior fator em relação aos dados apresentados nessa pesquisa, podemos verificar as variáveis dependentes enquanto fonte de aprofundamento da crise e, se tratando deste caso, a capacidade produtiva hegemônica na região. Notamos uma decrescente dos estabelecimentos, ou, das empresas de tamanho médio da região, isso se reflete em duas percepções da realidade: quantidades cada vez menores de aglutinação de estabelecimentos das indústrias de transformação nas cidades e, conseqüente queda dos empregos deste setor, principalmente em empregos nas grandes indústrias de média complexidade tecnológica, que, invariavelmente, são menores. Isso tudo para verificar a menor quantidade de estabelecimentos para as empresas com os maiores números de empregados, o que revela a baixa capacidade produtiva – no que se refere a uma maior quantidade de estabelecimentos de baixa complexidade e uma menor quantidade em estabelecimentos de média complexidade, que venham a produzir em grande escala – e a falta de uma política de industrialização no Brasil e, conseqüentemente, na região. O resultante disso é uma situação de desindustrialização progressiva da região, o que explica os números cada vez mais baixos em relação aos estabelecimentos e a ociosidade das empresas (Yamauchi, 2020).

Esse movimento está, concomitantemente, alinhado com a interiorização das empresas que se localizavam, a priori, na região do Grande ABC paulista. Mas, deixemos o conceito de interiorização mais à frente. Outro ponto que vale ressaltar é que, além da crise de 2008, onde vemos nitidamente a diminuição dos estabelecimentos, a crise econômica de 2014 também se tornou um atenuante.

A partir de 2014, com o clima de desinvestimento e de crise econômica, nota-se que o saldo das empresas, independentemente do tamanho por número de empregados, começa a cair drasticamente, levando ao aumento das áreas industriais ociosas na Região, principalmente, de empresas pequenas e médias (Yamauchi; Tourinho, 2021, p. 14).

Isso demonstra as crises cíclicas do capital, pois, não bastou a crise de 2008 assolar a economia brasileira, foi preciso que uma crise econômica, acentuada por uma crise política, aprofunda-se a situação econômico-política brasileira, em 2014; o que esclarece a dificuldade em que um país de economia dependente sofre, ao tentar se reerguer, frente a uma crise global.

Por fim, passemos ao problema do desemprego e sua relação com a desindustrialização e o grau de dependência da região. O desemprego está entre as variáveis dependentes desta verificação sobre a capacidade produtiva e, enquanto forma de confirmação do fator desindustrializante da região. Não obstante, é preciso enfatizar algumas condições pré-determinantes nesse processo, condições que implicam em um olhar racial e de gênero acerca da dependência latino-americana e brasileira.

Tal perspectiva exige um enfoque no quadro de desemprego das pessoas negras e mulheres, categorias historicamente excluídas (excluídas) e oprimidas, sobretudo, no que diz respeito ao trabalho. Sem levarmos em conta essas duas questões fundamentais, as análises baseadas no entendimento de que o Brasil é um país de capitalismo dependente, subjugado pelo imperialismo, se tornam incompletas, pois, a nossa condição de dependência está diretamente atrelada, também, a condição de raça e gênero; o que nos oferece aportes teóricos e metodológicos para avançarmos na discussão sobre a dialética da dependência (Souza, 2022). Na totalidade dos fenômenos, analisar dialeticamente a dependência, pressupõe, necessariamente, analisar as condições históricas e sociais em que os/as negros/as e mulheres se configuram diante da sociedade e do mundo do trabalho.

A racialização das relações sociais, constituída ao longo de todo o processo colonial escravista e em suas contradições fundamentais, torna-se fundante da dialética da dependência. É um elemento organizador das relações de produção de mais-valia, à medida que a divisão social do trabalho, no capitalismo dependente, é largamente estruturada também a partir da hierarquização racial e étnica. Nesse sentido, negros e indígenas ocupam a larga franja marginal de expropriados que assume, sob a condição dependente da economia latino-americana, proporções exponenciais e sempre em crescimento, dada a dinâmica de permanente expulsão da força de trabalho do processo produtivo (Souza, 2020, p. 6).

Para apreender essas particularidades da totalidade do fenômeno capitalista dependente latino-americano e brasileiro, devemos apreender, justamente, as particularidades da região do ABC paulista. Essas particularidades conduzem as taxas de desemprego total e a taxas de desemprego da população negra e de mulheres. Nos deparando com o início do ano de 2009, a taxa de desemprego da população total da região era de 12,3%, fase seguinte da crise de 2008 e suas consequências diretas na economia mundial. Contudo, as taxas de desemprego da população negra da região fora de 16,6%, e das mulheres de 15,0%, no início de 2009 (DIEESE,



2017). Isso não só enfatiza as desigualdades e o maior alvo do exército industrial de reserva, como também, denota qual o recorte étnico-racial está em evidência no processo do modo de produção capitalista.

No Brasil, Clóvis Moura (2014; 2021) e Lélia Gonzalez (2020) trazem elementos importantes para analisar como o mercado de trabalho livre, nascente após quase quatro séculos de trabalho escravo, jamais pôde incorporar aos processos produtivos grande parte de homens e mulheres expropriados e explorados desde o escravismo colonial. Expropriados de qualquer meio de sobrevivência e até mesmo do reconhecimento da sua condição de humanidade — a qual seguiu negada sob a sociedade de trabalho ‘livre’, de maneira aberta ou velada. A população negra, ‘liberta’, defrontou-se com um mercado de trabalho ‘livre’ com muito pouco espaço para a sua inserção como trabalhadora e, portanto, para as possibilidades da constituição sequer da cidadania burguesa (Souza, 2020, p. 7).

Dispondo desses dados acerca do desemprego da população negra e das mulheres, é notório perceber que, nas especificidades do capitalismo dependente, não só o desemprego é fator preponderante e constante na vida dessas pessoas, como também são, paralelamente, afligidos acerca da superexploração da força de trabalho, ou seja, a medida em que essas populações são as que mais sofrem com a maior taxa de desemprego, assim que são inseridas na lógica do “trabalho livre”, na “lei geral”, estão condicionadas a lógica da superexploração do trabalho. Marini (2022, p. 232) afirma que, “as implicações da superexploração transcendem o plano da análise econômica e devem ser estudadas também do ponto de vista sociológico e político”. Neste ponto de vista, a análise sobre a dependência da região do ABC paulista, entrelaçada com a análise étnico-racial e de gênero devem estar concomitantemente alinhadas às categorias e problemas econômicos, político e sociais da realidade de cada município.

Por fim, o fenômeno da taxa de desemprego da região está em conformidade com a realidade econômico-política. Ao verificarmos a situação de crise e desindustrialização das cidades, notamos que essa taxa de desemprego está, evidentemente, ligada ao processo de desindustrialização e de conseqüente ascensão dos setores de serviços e àqueles não considerados integrados as atividades produtivas, ou seja, não integrados a indústria de transformação e produção de mercadorias de média complexidade tecnológica. Isso forma uma tendência histórica em que Bamberger (2019, p. 216) formula nas seguintes palavras:

A conseqüência disso é que os setores que não estão de fato integrados nas atividades propriamente produtivas tendem a se proliferar e o setor de serviços tende a se inflar enormemente, além de se constituir uma grande porcentagem de desempregados, para os quais não existe possibilidade de incorporação ao sistema produtivo.

Em suma, constitui-se uma mão de obra desqualificada e barata – majoritariamente negra e de mulheres, como indicado anteriormente, pois, no trânsito da desindustrialização, o desemprego surge enquanto conseqüência direta do enfraquecimento da indústria de

transformação. Portanto, é nessa taxa de desemprego industrial que reside o problema fundante, afinal, o que dita o entendimento acerca da condição de dependência, é a capacidade industrial e de desenvolvimento econômico da região.

### **3.1. Santo André: centralização, concentração e monopólio dos seus setores**

No caso específico de Santo André, localizado na região metropolitana de São Paulo, há um privilégio geográfico e logístico de ser um município situado próximo ao porto de Santos, o que facilita e coloca-o em vantagem econômica e comercial sobre os demais municípios que constituem o ABC paulista. No entanto, o que queremos abordar é a sua capacidade produtiva, fator fundamental para a análise socioeconômica da região.

Os dados reunidos, sobre a capacidade produtiva de Santo André, permitem identificar as empresas que estão consolidadas na região. Santo André é uma cidade que abarca, majoritariamente, setores da indústria petroquímica e de plásticos; empresas como a Braskem, líder nas Américas e no Brasil no que diz respeito ao setor de químicos e petroquímicos (Corradini, 2022), está localizada no município de Santo André e teve maior inserção econômica nos anos entre 2013 e 2015. Em um valor estimado de 300 milhões de dólares (Exame, 2013), a Braskem tenta comprar a Solvay Indupa, outra grande belga do ramo de PVCs e soda cáustica. Tendo a Braskem como a maior empresa de químicos e petroquímicos e, a Solvay, enquanto expoente empresa nesse ramo.

Isso nos apresenta, de antemão, algumas características fundamentais para entendermos esse movimento da Braskem na América Latina, em particular, e adentrar no município de Santo André com a sua influência de mercado. A consolidação da compra da Solvay Indupa pela Braskem, nos revela o caráter monopolizador desse processo, da cadeia produtiva petroquímica e de plásticos de Santo André. Segundo Lênin (2021), o que perpetua neste contexto e no sistema capitalista de produção mundial, é que, a livre concorrência deixa de existir dentro desses países a partir do momento em que o nível de concentração da produção aumenta – e isso se nota pelo patamar em que a Solvay se encontrava na região, a de uma grande empresa produtora de PVC's e soda –, alcançando um grau de desenvolvimento tão elevado, que tendencialmente dá espaço a construção dos monopólios.

1) a concentração da produção e do capital elevada a um patamar tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse 'capital financeiro', da oligarquia financeira; 3) a exportação de capital,

diferentemente da exportação de mercadorias, adquire um significado particularmente importante; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que dividem o mundo entre si, e 5) o término da partilha territorial do mundo entre grandes potências capitalistas (Lênin, 2021, p. 114).

Os três primeiros pontos são fundamentais para compreendermos o movimento inerente que atravessa o corpo industrial de Santo André. Como tratamos do capitalismo dependente na América Latina, pois, essa é a nossa especificidade geográfica no recorte em que nos propomos a fazer, veremos esses três movimentos que, no início do século XX, Vladimir Lenin analisava; que dialoga com o propósito econômico-político do imperialismo. O primeiro, trata-se da concentração da produção e da criação de monopólios, é o que vemos no processo de concentração da produção de químicos e petroquímicos pela Braskem, alcançando um alto patamar em sua capacidade produtiva, visto que seu processo de monopolização foi concretizado na região; é a monopolização do setor químico e petroquímico de Santo André, levado a máxima pela Braskem, predominando as cadeias produtivas da área em questão.

A segunda está associada ao capital financeiro, cerne daquilo que constitui a fase monopolista do capital, e a criação de oligarquias financeiras. É notório que, diante de uma empresa tão grande como a Braskem, seu funcionamento não pode estar baseado exclusivamente em seu próprio capital, tampouco, funcionar sem credores fiduciários que a possibilite gerir e ser gerida diante do sistema global capitalista, podendo correr os riscos que o mercado financeiro impõe as empresas. Com a Braskem não poderia ser diferente. Além de terem como acionistas majoritários a Novonor (ex-Odebrecht), com 38,3% das ações totais e a Petrobrás, com 36,1% das ações totais (Braskem, 2023), outros capitais estão envolvidos nessas ações, os capitais bancários; neles, incluímos os bancos Itaú, Bradesco, Santander, Banco do Brasil e BNDES. Instituições privadas que se tornaram aquilo que Lenin chamou de oligarquias financeiras.

A terceira etapa desse recorte, se dá pela exportação de capital. Neste caso, a exportação de capital para a periferia do sistema capitalista. No pós-guerra, onde o capitalismo já se consolidava enquanto fase superior de seu desenvolvimento, ou seja, a fase imperialista e monopolista de sua história, sua integração já não se constituía como venda de suas mercadorias-maquinário, mas sim, enquanto capital-maquinário. Em suma, ao invés de exportar a mercadoria-maquinário como meras mercadorias, exportava-a como capital, ou seja, não mais como uma relação de compra e venda, e sim, de investimento estrangeiro (Bambirra, 2019, p. 140); isso está expresso nas relações financeiras entre os credores e acionistas da Braskem.

Com isso, podemos entender as exigências ou condicionantes para que se concretize as relações de dependência dentro da região de Santo André.

Se nos voltarmos para a capacidade produtiva em média/anual da Braskem, na cidade de Santo André, teremos um número equivalente de 1,25 milhão de toneladas em resinas termoplásticas e 1,5 milhão de toneladas em petroquímicos (ABC do ABC, 2017). Já a Solvay Indupa, teve, em 2008, uma taxa de crescimento em vendas de 23,1%; no trimestre do mesmo ano, obteve 17% na fabricação de soda cáustica (Velluto, 2008). Vemos que, a capacidade produtiva nessa área não é baixa, afinal, somente a planta instalada em Santo André, correspondia a 70% das operações da Solvay na América Latina (2008). Neste aspecto, podemos perceber a influência de determinadas empresas-chave no município, do setor químico e petroquímico, sobretudo, quando, a monopolização do setor é fator preponderante no território.

Disso resulta que, aspectos que caracterizam o processo intensificado de monopolização, concentração e centralização da economia, que se expressa através das empresas – sejam elas pela penetração de empresas multinacionais ou nacionais –, pontua o caráter dependente da região. Sendo a dependência algo além do recorte nacional, grandes empresas vão se instalando nas regiões, num processo de absorção, mediante compras, fusões e associações; a monopolização atravessa a dependência nacional, transformam cidades dependentes (Bambirra, 2019, p. 126). Isso não nega a dimensão do capitalismo dependente em sua totalidade, na mundialização do sistema; o que presumimos é que, tamanha a sua extensão e expansão nos países periféricos, sua influência possa chegar a cidades e estados, as empresas dessas cidades.

Se quisermos verificar de maneira mais sistemática os processos e dados referentes ao município, sobrepujando os dados microeconômicos da indústria, precisaremos pontuar as fontes e dados do VTI (*Valor de Transformação Industrial*), métrica que quantifica a diferença do valor no processo de produção, com o custo dos insumos consumidos no processo produtivo (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, 2024); é a diferença entre o valor bruto da produção industrial (VBPI) e o custo com as operações industriais (COI), segundo o Seade (2024). “Essa informação aponta qual a força da atividade das indústrias de determinada região” (Jornal USP, 2024). Ou seja, representa e/ou constitui a contribuição da indústria para uma localidade. Para tanto, se pegarmos os dados quantitativos referentes ao VTI da indústria química de Santo André, no ano de 2008, veremos que, em relação ao ano anterior, em 2007, a queda fora substancial, indicando assim, o cerne do nosso objeto de pesquisa, uma baixa

contribuição da cidade na produção industrial. O que se torna o prelúdio de um processo de desindustrialização e de estabilidade, mantendo a métrica abaixo das potencialidades que a cidade adquiriu, visto a história do ABC.

Em 2007, o valor da produção de produtos químicos fora em torno de cinco bilhões de reais (SEADE, 2007); já no ano seguinte, em 2008, o VTI do município fora em torno de três bilhões de reais (SEADE, 2008). Vale ressaltar que, nesse caso, se trata da indústria química de Santo André, indústria central à época.

**Quadro 4** – Dados quantitativos referentes ao VTI (Valor de Transformação Industrial) da indústria química de Santo André.

Ano	Valor de transformação industrial (x1000)
2008	<b>R\$ 3.922.356.000</b>
2009	<b>R\$ 4.016.660.000</b>
2010	<b>R\$ 5.071.326.000</b>
2011	<b>R\$ 5.168.254.000</b>
2012	<b>R\$ 4.624.180.000</b>
2013	<b>R\$ 4.881.848.000</b>
2014	<b>R\$ 4.378.621.000</b>
2015	<b>R\$ 4.433.419.000</b>
2016	<b>R\$ 4.428.649.000</b>
2017	<b>R\$ 4.760.649.000</b>
2018	<b>R\$ 5.216.035.000</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Seade Indústria, 2024.

Diante disso, notamos que, como supracitado acima, em 2007, com um valor de transformação industrial acima de cinco bilhões de reais, a indústria do setor estava aquecida, porém, bastou a crise de 2008 acometer o Brasil e o mundo, que o valor decresceu substancialmente para cerca de três bilhões no seu valor de transformação industrial. Tomada as devidas proporções, os anos seguintes foram de ínfimo aumento, concomitante a uma relativa estabilidade que não se expressa em uma melhora qualitativa na economia.

Pressupondo que a indústria de químicas e petroquímicas tem grande relevância e peso na América Latina, e que seu setor, atualmente, abarca uma grandeza na dinâmica proposta pelos interesses imperialistas, a cidade de Santo André adquire, então, seu lugar garantido na

divisão internacional do trabalho, sobretudo, com a Braskem<sup>8</sup>, empresa primordial nesse processo de monopolização e expansionismo do capital da burguesia nacional e internacional.

Fato é, que, se analisarmos os números relativos a 2007 e 2018, por exemplo, veremos que, ao fim desse recorte temporal, a indústria química no município voltara a patamares de onze anos atrás. Ou seja, apesar do relativo controle econômico – fruto do “boom das commodities” no governo Lula e a interferência estatal em alguns ramos da economia nacional –, o Brasil, de modo geral, conseguiu lidar melhor com a crise; isso, conseqüentemente, condiciona uma estabilidade desses valores. O que não exige de apontarmos o caráter desindustrializante da região a partir de 2008.

Passemos a outro setor industrial da cidade de Santo André, o setor industrial de borracha e materiais plásticos. O setor industrial de borracha e materiais plásticos também é um setor agregador de valor e de alta capacidade produtiva dentro do município. Seu valor de transformação industrial em 2008 foi em torno de três bilhões (2008), o que possibilita a segunda posição do setor produtivo de Santo André.

Compreendendo que, assim como a análise feita sobre a indústria química fora acerca de uma abordagem sobre a crise de 2008 e a estabilidade econômica do país, o mesmo se aplica ao setor de borracha e plásticos, entretanto, a decadência vem a posteriori do ano da crise, em 2009. Não obstante, há um fator que se enquadra em ambas as análises sobre a situação econômico-política anterior, que, mesmo diante da estabilidade, e, um certo nível de controle econômico por parte do governo, é somente a partir de 2013 que ambos os setores, químico e de borracha e plásticos, despencam drasticamente, evidenciando um aprofundamento da crise econômica e política do país.

**Quadro 5** – Dados quantitativos referentes ao VTI (Valor de Transformação Industrial) da indústria de borracha e materiais plásticos de Santo André.

(continua)

Ano	Valor de transformação industrial (x1000)
2008	<b>R\$ 3.119.053.000</b>
2009	<b>R\$ 2.572.118.000</b>
2010	<b>R\$ 2.797.403.000</b>
2011	<b>R\$ 3.313.938.000</b>
2012	<b>R\$ 2.941.312.000</b>

<sup>8</sup> Empresa do setor de petroquímicos, a maior na América Latina e uma das maiores produtoras do ramo, no mundo.

(conclusão)

Ano	Valor de transformação industrial (x1000)
2013	<b>R\$ 3.229.990.000</b>
2014	<b>R\$ 2.762.323.000</b>
2015	<b>R\$ 2.194.206.000</b>
2016	<b>R\$ 2.220.377.000</b>
2017	<b>R\$ 2.264.530.000</b>
2018	<b>R\$ 2.427.056.000</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Seade Indústria, 2024.

Para efeito de comparação, segundo o Seade Indústria (2017), em 2017, a indústria de borracha e materiais plásticos de Santo André obtinha uma maior inserção na porcentagem do PIB do Estado de São Paulo, de 7,3%, em relação a indústria química, com 6,2%, enquanto setor predominante no município, em sua totalidade. Isso possibilita verificar a potência que ambas as indústrias de transformação da cidade construíram durante os anos.

Sendo assim, traçando os devidos paralelos com a capacidade produtiva dos setores de químicos e petroquímicas e borracha e plásticos, a superexploração da força de trabalho evidencia o aumento da produtividade de alguns setores, mesmo em meio a crises; aumento de produtividade em empresas específicas do ramo petroquímico que acentua essa exploração e caracteriza o grau de dependência da região e da indústria.

### **3.2. São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul: a penetração do imperialismo automobilístico**

Apesar de Santo André ter uma relativa expressão dentro do setor automotivo, sua capacidade produtiva e atividade econômica estão longe de alcançar a expressividade de São Bernardo do Campo, um gigante no ramo, e São Caetano do Sul, cidades com colaborações históricas para o setor automobilístico do Brasil. Para tanto, se ousamos falar sobre a indústria automobilística dessas regiões, respectivamente, temos que ter noção de sua grandeza histórica, econômica e social para a região.

É a partir dos anos 1950 que as empresas automobilísticas começaram a se instalar no Brasil, tendo como território de origem, o ABC paulista, e, mais acentuadamente, em São Bernardo do Campo. É em São Bernardo que as atividades de empresas como, Ford, Volkswagen, Scania, entre outras, começam a se acelerar e a construir um novo patamar econômico e industrial na região.

Com a vinda da indústria automobilística para produzir automóveis, caminhões e ônibus, a Região passou também a concentrar massivos investimentos de diversas empresas multinacionais e nacionais fordistas ligadas ao setor de produção em massa, encorajando novos investimentos em outras áreas de produção, como eletroeletrônicos, eletrodomésticos, entre outros tipos de produtos. Essas empresas se instalaram nas cidades de São Bernardo do Campo e Diadema, ao longo da malha rodoviária, nas Rodovias Anchieta e dos Imigrantes, deslocando, assim, o eixo de expansão industrial da linha ferroviária para a malha rodoviária (Yamauchi; Tourinho, 2021, p. 5).

Como vemos, em paralelo à instalação das empresas de automóveis da região, no Brasil se inicia um novo processo de trabalho, com novas dinâmicas de produção de mercadorias alcançando as fabricas, metalúrgicas e todas as áreas e setores da economia; é assim que o modelo fordista ganha expressividade e peso nas linhas de produção. Mas, esse não é o nosso objetivo aqui. O que concerne, é estabelecer os parâmetros econômicos que se concentram na região, em especial, os dois municípios em questão.

Para um entendimento sobre a expressividade do setor na região, precisamos, assim como foi feito em relação a Santo André, saber as condições econômicas em que se encontram São Bernardo do Campo; tal movimento demanda a verificação, também, mas não somente, do *Valor de Transformação Industrial*, o VTI. Os dados extraídos da Seade, nos possibilita verificar a magnitude da produção do setor automotivo, setor esse que incorpora em sua classificação, veículos automotores, reboques e carrocerias e trazem uma perspectiva diferente daquilo que entendemos por setor automotivo ou fábrica de carros. Por setor automotor, incluíse ônibus, micro-ônibus, vans e todo tipo de automóvel; classificação que dialoga com o contexto de uma região metropolitana do Estado de São Paulo, já que a cidade comporta mais de 810 mil habitantes (IBGE, 2022). A título de exemplo, trazendo à tona pontos fundamentais para entender as características produtivas das empresas em si, e, como forma de expressar a situação da Volkswagen, em São Bernardo do Campo, nos deteremos acerca de alguns aspectos da zona da empresa na cidade.

A Volkswagen foi inaugurada no Brasil, no dia 18 de novembro de 1959, com sua primeira planta na cidade de São Bernardo do Campo. Apesar da sua histórica inserção na economia brasileira e, fundamentalmente, na região do ABC paulista; do seu expansionismo pelo Brasil e sua relevância no setor industrial da região, a situação da empresa no território é – retomando o princípio da pesquisa – a desindustrialização e o fator de migração das fabricas da região metropolitana de São Paulo, para as regiões interioranas do Estado (Ananias et al., 2019, p. 11), sendo o último, a migração, apenas um aspecto da desindustrialização. Um processo em que as indústrias que até aquele momento se localizavam dentro do eixo metropolitano de São Paulo, incluindo o ABC, migram para o interior do Estado, como as



idades de Sorocaba, Campinas, São José dos Campos, Ribeirão Preto, entre outras; e, através de incentivos fiscais oferecidos pelos Estados e municípios às empresas privadas para efetivar seu processo migratório, resultando em um processo chamado de “interiorização do desenvolvimento econômico paulista” (Ananias et al., 2019). A título de exemplo, Sorocaba nos últimos anos – no início dos anos 2000 até os dias de hoje –, tem fortíssima presença da Toyota, demonstrando que a divisão feita por setores automotivos já não se concentra na região metropolitana de São Paulo.

Para tanto, traçando um panorama simples da capacidade produtiva da Volkswagen em seus anos iniciais, no Brasil, vemos que sua produção entre 1957 e 1961, fora a de segunda maior produtora automobilística do país, produzindo cerca de 73 mil automóveis; perdendo somente para a Willys, com cerca de 110 mil automóveis (Myara, 2013, p. 16). Eis aqui, a preeminência do que já estava se tornando uma das maiores empresas do Brasil no ramo da indústria automobilística nos seus anos iniciais e a grandeza produtiva que a Volkswagen obteve durante o século XX.

Sob o contexto da indústria do município supracitado, vejamos as problemáticas referentes à economia e sua participação na indústria de transformação. Contrabalanceando as especificidades da indústria de Santo André, São Bernardo vem de uma cultura industrial diferente. Do berço da indústria automobilística, a cidade computa, em 2008, na sua economia automotiva, ou seja, no valor de transformação industrial deste setor, cerca de 16 bilhões de reais (SEADE, 2008). O que nos elucidava, em um comparativo com o setor predominante de Santo André, a grandeza do setor automobilístico da cidade; sua participação no VTI do município, evidencia uma capacidade produtiva extremamente dispare dos demais setores do ABC paulista. O que reforça a predominância do setor na região, em sua totalidade.

Para elucidar ainda mais este exemplo, e enquadrar o valor de transformação industrial, vejamos o quadro a seguir:

**Quadro 6** – Dados quantitativos referentes ao VTI (Valor de Transformação) da indústria automobilística de São Bernardo do Campo.

(continua)

Ano	Valor de transformação industrial (x1000)
2008	<b>R\$ 16.400.489.000</b>
2009	<b>R\$ 16.179.494.000</b>
2010	<b>R\$ 20.121.499.000</b>
2011	<b>R\$ 21.563.993.000</b>

(conclusão)

Ano	Valor de transformação industrial (x1000)
2012	<b>R\$ 17.325.714.000</b>
2013	<b>R\$ 17.547.764.000</b>
2014	<b>R\$ 14.419.144.000</b>
2015	<b>R\$ 9.206.418.000</b>
2016	<b>R\$ 7.653.139.000</b>
2017	<b>R\$ 8.879.508.000</b>
2018	<b>R\$ 10.468.112.000</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Seade Indústria, 2024.

De antemão, podemos partir de uma análise sobre esses dados e outros que advêm de fontes econômicas, e concluir que a desindustrialização, no tocante ao setor automobilístico, não existiu, visto que os anos iniciais a partir de 2008 foram de crescimento no valor de transformação industrial. Entretanto, é necessário pontuar a dialeticidade embriada na teoria da dependência e as suas determinações históricas, políticas e sociais. Com isso, é preciso indicar o caráter social e político posto na situação de dependência deste setor. Como dito, os anos subsequentes a 2008 foram de crescimento do VTI, o que, a princípio, pode indicar sua alta capacidade produtiva e ascensão econômica, no que se refere a situação de industrialização da região. Contudo, o fator político toma conta do processo econômico, o que demonstra em nossa análise que, o grau de dependência da cidade e do seu principal setor, estão diretamente interligados com a dependência política do processo socioeconômico, visto que, a partir de 2013, a crise política do país se encontrava em seu apogeu, se expressando nos dados econômicos de VTI, de 2014 em diante.

Embora seja certo que é a dependência econômica que possibilita e explica a dependência política, não é menos certo que esta última constitui um fator de preservação da situação de dependência estrutural, que tem sido uma constante na história dos países latino-americanos desde o período colonial, ainda que suas formas tenham variado (Bambirra, 2019, p. 143-144).

Posto que, a dependência não está desconexa de determinações econômicas, políticas, históricas e sociais, a dimensão política se expressa com maior ênfase nesse período, entre 2013 e 2016. O que nos revela que a Volkswagen não conseguiu passar ileso pela crise política vivida no país, reforçando um caráter político em sua desindustrialização, o que reverberou em uma crise econômica, como foi colocado no quadro acima. Nesse sentido, falamos sobre a Volkswagen enquanto empresa número um em faturamento e capacidade produtiva, contudo, para reforçar ainda mais a dinâmica produtiva de São Bernardo do Campo, e como a cidade

está voltada a indústria automobilística, temos na segunda colocação, a Mercedes Benz e a terceira posição, com a Toyota.

Em paralelo a situação econômico-política da cidade de São Bernardo do Campo, adentremo-nos, assim, aos problemas econômicos e políticos relacionadas a cidade de São Caetano do Sul. Tomada as devidas proporções, a cidade de São Caetano tem um papel coadjuvante na indústria de transformação da região do ABC, contudo, sua divisão na produção e de setor predominante na economia da cidade é a mesma que a de São Bernardo, o setor automobilístico. Por estar na condição de coadjuvante na economia geral da região, São Caetano do Sul tem por setor econômico hegemônico geral, a produção de veículos automotores, apesar de ter sua capacidade produtiva menor do que o esperado nesse setor, em comparação com São Bernardo. A influência do setor automobilístico em São Caetano do Sul é ditada, diferentemente de São Bernardo, pela General Motors.

Nos anos iniciais a crise global do capitalismo, em 2008, o valor de transformação industrial no setor automobilístico do município de São Caetano vinha de um crescimento em relação ao ano anterior, cerca de 3,1 bilhões em 2007, para 3,8 em 2008 (SEADE INDÚSTRIA), o que logo foi sentido – mesmo que não intensamente – no ano seguinte a crise. Ainda que por patamares distintos de um município para o outro, São Caetano passou pelo mesmo processo de declínio produtivo que as outras duas cidades; mantém-se um relativo crescimento de 2008 a 2012, até a chegada da crise política e econômica brasileira em 2013 e, posteriormente, em 2016 – essa última sendo muito mais política do que econômica. Outro ponto é que, fica evidente que a capacidade produtiva do setor está comprometida, pois a única grande montadora da cidade é a General Motors, o que inviabiliza qualquer tipo de competição em relação ao setor na cidade de São Bernardo, com três grandes montadoras. Com isso, vejamos a tabela do VTI da cidade para entender com maior clareza a conjuntura econômica e produtiva.

**Quadro 7** – Dados quantitativos referentes ao VTI (Valor de Transformação Industrial) da indústria automobilística de São Caetano do Sul.

(continua)

Ano	Valor de transformação industrial (x1000)
2008	<b>R\$ 3.815.021.000</b>
2009	<b>R\$ 3.568.735.000</b>
2010	<b>R\$ 3.945.573.000</b>
2011	<b>R\$ 4.129.885.000</b>
2012	<b>R\$ 5.387.162.000</b>

(conclusão)

Ano	Valor de transformação industrial (x1000)
2013	<b>R\$ 5.031.767.000</b>
2014	<b>R\$ 3.707.712.000</b>
2015	<b>R\$ 2.274.806.000</b>
2016	<b>R\$ 2.074.089.000</b>
2017	<b>R\$ 2.313.468.000</b>
2018	<b>R\$ 2.001.449.000</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Seade Industria, 2024.

Verificamos que, em todos os quadros produtivos dos diversos setores mencionados, o movimento é de queda no ano seguinte a crise global, ascensão nos anos seguintes até 2013, e volta a queda; seja ela uma queda drástica ou relativa. Não obstante, todo esse movimento cíclico da economia dos setores apresentados, denotado no grau de dependência da região do ABC paulista e, elevado a um grau ainda maior de subordinação – o que está interligado a alto grau de dependência da América Latina, enquanto objeto macro desse recorte espacial e do Brasil – ao imperialismo. O alto grau de subordinação aos interesses imperialistas, das economias dos países centrais do capitalismo, traz consigo políticas econômicas de controle e de divisão internacional do trabalho que regem diretamente a política econômica, as decisões econômico-políticas e daquilo que será produzido em determinado país e região.

Quando Vânia Bambilra (2019) analisa sobre as questões econômico-políticas da América Latina, e mais especificamente, do Chile, esta análise pode ser enquadrada na realidade de qualquer país periférico; quando ela diz que, “o imperialismo favoreceu o desenvolvimento de indústrias como a linha branca<sup>9</sup> e a montagem de automóveis, e só recentemente iniciou a instalação de algumas indústrias pesadas, como no caso da petroquímica do Chile” (Bambilra, 2019, p. 152), sua análise voltada a realidade econômica e política do Chile se enquadra na realidade do ABC; uma realidade econômico-política de dependência aos interesses do capital monopolista, visto que, a história do ABC paulista é marcada, inicialmente, e por longos anos até hoje, pela indústria de montagem de automóveis.

O setor petroquímico, característico das cidades de Santo André e Mauá, cria raízes nos municípios citados a partir de uma forte inserção da Solvay Indupa e da Braskem, e no caso da

---

<sup>9</sup> Os principais produtos que compõem o segmento tradicionalmente conhecido no mercado como linha branca são refrigeradores, freezers verticais e horizontais, condicionadores de ar, lavadoras de louças, lavadoras de roupa, secadoras, fornos de microondas e fogões. SANTOS, Angela Maria Medeiros M; SOUZA, Adilson José de; COSTA, Cláudia Soares. Bens de consumo: linha branca. BNDES, 1995.

Braskem, monopolizando o setor na região. Dado esse diagnóstico estrutural da política e da economia da região, Marini afirma:

O que aparece claramente, portanto, é que as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador (Marini, 2022, p. 185).

Em síntese, na relação de troca desigual entre centro e periferia, a periferia aumenta tendencialmente sua força de trabalho, ou seja, no incremento de sua mais-valia relativa, aumentando assim, a superexploração do trabalho. Isso explica as taxas de desemprego e os baixos salários, todos, recorrentes da situação de capitalismo dependente em que vivemos, econômico, político e cultural.

#### **4. EXPORTAÇÃO, EMPREGO E SALÁRIO: A INTEGRAÇÃO DO SUBIMPERIALISMO E A SUPEREXPLORAÇÃO NO ABC PAULISTA**

Sob o processo de análise feito acerca das categorias candentes de nossa pesquisa, tais como, capital monopolista, imperialismo, dependência e industrialização e desindustrialização, é, indubitavelmente necessário, uma abordagem sobre a política de exportação do ABC paulista. Neste início de capítulo, cabe retomar a delimitação do objeto da pesquisa – o processo de desindustrialização da indústria de mercadorias de média complexidade tecnológica do ABC paulista e a sua relação com o grau de dependência econômica e política aos países centrais do capitalismo.

Voltar a nossa compreensão sobre as questões que envolvem as exportações, é tarefa fundamental para se construir uma análise que entenda o grau de dependência da região. Isso passa por ter a dimensão acerca da política de exportação de cada cidade e a dinâmica de cada mercadoria enquadrada no quesito de mercadorias de média complexidade.

Para compreendermos a política de exportação dessas cidades, requer compreendermos uma aproximação às dinâmicas políticas e sociais desse fenômeno. Entendemos que a análise da política de exportação se articula com as categorias analíticas escolhidas, e a teoria marxista da dependência, quais sejam: a superexploração do trabalho, subimperialismo, taxa de mais-valia e outras; categorias que não fogem do escopo real dos problemas sociais das cidades. Para isso, trazer à tona os fatos que marcam e demarcam, a partir do pressuposto do caráter dependente da economia dessas cidades, e os problemas sociais que os cercam, é fundamental para o entendimento dos efeitos que advém dessa política. Por isso, elementos como emprego e salário devem e podem dialogar com as categorias acima descritas.

##### **4.1. Santo André: dependência ao imperialismo estadunidense e monopolista**

A abordagem realizada sobre as exportações de mercadorias da cidade de Santo André tem como objetivo levantar os dados acerca das mercadorias de média complexidade, que são prioritárias nas exportações, e analisar à luz da teoria marxista da dependência (TMD) a política de exportação da cidade<sup>10</sup>. Em paralelo a pesquisa com os dados secundários e a fundamentação

---

<sup>10</sup> Assim como foi feito em relação aos outros capítulos e subtópicos anteriores.

teórica, nos debruçaremos no valor das exportações e o principal destino dessas mercadorias – informações relevantes para a análise acerca da dependência da nossa região.

Compreender a política de exportação da indústria de mercadorias de média complexidade, passa por apontar as incongruências e contradições desse processo, o que leva, tendencialmente, a concluir o caráter dependente e submisso da região ao *modus operandi* do imperialismo tipicamente norte-americano. E é norte-americano, pois, o maior valor em exportações e importações de Santo André, no que tange à produção de plásticos, borrachas e seus derivados, são direcionados e/ou adquiridos, pelos Estados Unidos. Somente em 2008, Santo André exportou para os Estados Unidos, cerca de 82 milhões de dólares em plásticos, borrachas e seus derivados (COMEXSTAT, 2008), o que reforça o poderio da cidade, no tocante a produção e ao mercado nesse setor. Contudo, em contraponto ao que parece ser uma alta produção e comercialização desse setor, a priori, trata-se de um paradoxo incorporado a importação desta mesma mercadoria. No mesmo ano de 2008, a cidade importou dos Estados Unidos, cerca de 150 milhões de dólares de plásticos e borrachas (COMEXSTAT, 2008). O que representa uma taxa mais elevada de importação do que exportação, mas, mais do que isso, maior grau de dependência econômica ao capital estrangeiro, aos interesses econômicos do imperialismo estadunidense em detrimento da autosuficiência da produção de plásticos e borrachas da cidade.

Esse processo está respectivamente alinhado à demanda das cidades vizinhas, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. O fato desses dois municípios serem os principais produtores de automóveis e veículos dos mais diversificados, lhes colocam em uma situação em que, a importação de plásticos, borrachas e derivados seja maior do que sua exportação – sendo essa importação de plásticos, borrachas e derivados, realizadas por Santo André, visto que, há a necessidade desses materiais para o processo de montagem dos veículos –, e, não obstante, a cidade de São Bernardo e São Caetano, assim como o país, tem, fundamentalmente, suas produções e economias tipicamente estruturadas em uma relação de dependência para com países como Alemanha, Bélgica e México, que são os países em que São Bernardo mais exporta os assim chamados, materiais de transporte; com destaque para a Polônia, em que São Caetano é o principal município na exportação desses materiais (COMEXSTAT, 2008). Notamos, aqui, a necessária dependência entre países centrais e regiões periféricas de países periféricos, para a circulação e produção de riquezas para o centro do capitalismo.

Vânia Bambirra disserta acerca desse processo de demanda dos países periféricos por produtos de alta complexidade tecnológica, já que os países periféricos não obtêm esses produtos, e diz que há duas situações diferentes de dependência

A primeira se expressa pelo fato de que, enquanto essas tecnologias não estejam ao alcance nacional, a demanda interna por produtos mais complexos – por exemplo, automóveis, eletrodomésticos etc. – é atendida pela produção externa; seus preços são altos e se destinam a uma fração reduzida do mercado, já que os preços internos são iguais aos preços externos, mais a carga de tarifas alfandegárias. Isso tende a tornar mais vantajosa e a facilitar a instalação de filiais das empresas estrangeiras nas economias dependentes, gerando assim uma nova situação de dependência (Bambirra, 2019, p. 141).

Ao cabo dessa discussão, não é a insuficiência produtiva e de mercado que condiciona a economia da cidade a ter seu caráter dependente, mas, sim, seu caráter de dependência econômico-político que condiciona a sua insuficiência no escoamento de mercadorias e na insuficiência desses materiais em relação aos países centrais do capitalismo. Sendo assim, Marini afirma as seguintes palavras acerca da exportação sob o movimento da economia dependente:

Em consequência, a economia dependente segue expandindo suas exportações, a preços sempre mais compensadores para os países industriais (com os efeitos conhecidos na acumulação interna destes) e, simultaneamente, mantém seu atrativo para os capitais externos, o que permite dar continuidade ao processo (Marini, 2022, p. 224-225).

Isso esboça um panorama econômico típico do Brasil e da região do ABC paulista, visto que, de fato, o valor de exportação é menor do que o de importação. Esse movimento estruturante das economias de capitalismo dependente, onde a subjugação econômica e política é ferramenta indispensável para o funcionamento do capital monopolista e do imperialismo, permeiam as relações de produção típicas da economia dependente latino-americana. Surgem, então, formas diferentes de acumulação de capital no bojo da sociedade brasileira, o que, inexoravelmente, implica diretamente a dinâmica econômica do ABC.

Esta nova forma de acumulação capitalista, está entrelaçada com o tipo de acumulação específica do capitalismo brasileiro. Essa especificidade denominada como primário-exportadora, do início do século XX, remonta a um outro tipo de acumulação capitalista, que avança nos anos 1950 e 1960, com o advento da industrialização do Brasil e, por conseguinte, tomando a forma de mundialização financeira com o neoliberalismo nos anos 1970 a 1990.

Todo esse processo de acumulação de capital guarda uma característica intocável do seu desenvolvimento, a “primazia” por uma economia exportadora, atendendo aos interesses políticos e econômicos dos países centrais desenvolvidos. Esta preferência por uma política



econômica exportadora, herdada pela acumulação primitiva de capital da transição do modelo econômico-social escravista, para outra formação econômico-social capitalista, tipicamente brasileira e latino-americana, nos revela que a sua dinâmica original, não se dissipou; que a política econômica de nossa construção nacional ainda perpetua sua principal estrutura dependente, a política agroexportadora – no caso da produção agrária – e a sua preferência rebaixada e submissa pela exportação de matéria-prima e seus derivados, no caso da indústria.

Quando as relações econômicas mundiais do capitalismo adotam outra postura, a saber: a mundialização financeira do capital se faz avançar, também, a dinâmica do capitalismo dependente refletido nessa nova acumulação de capital, a financeirização (Miranda, 2004, p. 7). Essas transformações ocorrem sob os ditames do neoliberalismo econômico, como tendência econômico-política do Brasil, na sua atualidade; é a sua confluência com a política econômica pós-crise de 2008. Exemplo disso é que, em 2016, uma estatal chinesa, a Chem China, se torna acionista majoritária da Pirelli no Brasil, empresa de pneumáticos, incluindo a aquisição da fábrica de Santo André.

Corroborando com a exposição de Marini (2022), onde a economia dependente expande suas exportações abaixo dos preços para países industriais, a linha tênue entre, valores de exportações de borrachas e plásticos, durante os anos de 2008 a 2018, e a tendência da monopolização da produção de borracha ao final desse período, fazendo os plásticos perderem mercado, agudiza a centralização de capital nas mãos de poucos capitalistas. Como demonstra o COMEXSTAT (2024)<sup>11</sup>, em relação as exportações do município de Santo André:

**Quadro 8** – Valor das exportações de borrachas e plásticos em Santo André (2008-2018).

(continua)

Ano	Produto	Valor	Produto	Valor
2008	Borrachas	347.849.741	Plásticos	81.096.462
2009	Borrachas	252.777.996	Plásticos	180.087.405
2010	Borrachas	293.728.554	Plásticos	147.667.889
2011	Borrachas	325.088.219	Plásticos	288.952.280
2012	Borrachas	262.809.728	Plásticos	292.642.881
2013	Borrachas	158.269.889	Plásticos	228.108.441
2014	Borrachas	137.442.275	Plásticos	179.442.127

<sup>11</sup> Pesquisa realizada através do site da COMEXSTAT, utilizando as/os ferramentas/filtros, tais como: ano, seção, setor, cidade e outros.

(conclusão)

Ano	Produto	Valor	Produto	Valor
2015	Borrachas	120.104.124	Plásticos	189.867.165
2016	Borrachas	195.513.953	Plásticos	110.452.546
2017	Borrachas	229.478.731	Plásticos	84.558.868
2018	Borrachas	206.466.328	Plásticos	63.220.916

Fonte: elaboração própria (2024), a partir dos dados do (Sistema oficial para extração das estatísticas do comércio exterior brasileiro de bens).

A partir dos dados apresentados no quadro acima, podemos notar que, mesmo com as instabilidades das exportações de borracha e seus derivados, a exportação de plásticos e suas obras apresentam uma posição coadjuvante no decorrer dos últimos anos, em comparação à borracha. Exemplo disso é que, segundo a Comexstat (2018), no último ano, o plástico se encontrava em terceiro lugar na sua posição em produtos exportados, tendo o cobre, e suas obras, ultrapassado e adquirido o segundo lugar nas exportações da cidade de Santo André.

Deste processo podemos extrair dois movimentos que dialogam com a baixa exportação de plástico no município e a desindustrialização da região.

Tomando nota sobre o cenário socioeconômico de Santo André, podemos observar uma queda tendencial de 0,5% do emprego formal no setor de fabricação de borrachas e plásticos, entre os anos de 2017 e 2018 (SEADE, 2018). Um dos fatores determinantes dessa queda é, sem dúvida, a consequente baixa das exportações de plásticos, como fora mencionado nos dados apresentados acima (Quadro 8). Tendencial, pois, à medida que há uma diminuição significativa das exportações – sendo a exportação uma das principais políticas econômicas de países e economias de capitalismo dependente –, há a diminuição desses empregos. Notadamente, essa porcentagem se dá pelos empregos do setor de plásticos e borrachas, respectivamente, o que pode indicar uma porcentagem pequena em relação aos dois anos supracitados. No entanto, a medida em que o valor da exportação de borracha aumenta de 2017 a 2018, se torna evidente que essa queda dos empregos formais nos dois setores, aparentará ser ínfima. Entretanto, há que se destacar que, observando a queda abrupta do valor das exportações de plásticos, o percentual de 0,5% se torna significativo para o setor em questão.

Se no primeiro ponto, o fenômeno se manifesta no campo socioeconômico, apontando a diminuição da taxa de emprego nesse setor, o segundo manifesta-se dentro da perspectiva político-econômica do fenômeno da desindustrialização e dos condicionantes da dependência, ou seja, nas variações de valores das exportações.

Invariavelmente, toda a perda de valor das exportações de plásticos e a consequente perda de sua posição como segundo lugar no valor das exportações da cidade, acarretaram um movimento desindustrializante característico de um fenômeno da própria desindustrialização, a chamada interiorização das indústrias, aspecto fundamental na desindustrialização da região e já trabalhado no capítulo anterior. Com isso, o setor de plástico da cidade fora migrando para outras regiões e/ou perdendo sua capacidade produtiva. Não havendo mais a concentração e, tampouco, a centralização de capitais das empresas de plásticos na cidade, a alternativa que se apresenta, é a migração/interiorização dessas fábricas/empresas.

Santos (2018, p. 153) afirma que há características que envolvem as economias de exportação, as economias de capitalismo dependente, que são cruciais para a manutenção do capitalismo dependente; a incapacidade de fomentar e ampliar o mercado interno e a penetração de capital estrangeiro à revelia, aumentando a escala do trabalho barato e, com isso, taxas de lucros elevadas, já que se trata de uma relação desigual de países centrais e periféricos. Isso explica o movimento que se realiza de 2017 para 2018, onde, não só o emprego nesse setor decresceu, como, conseqüentemente, o salário médio acompanhou esse decréscimo, de 6.423 reais para 5.982 reais (SEADE); uma clara relação com a drástica diminuição de exportações do setor de plásticos. Além disso, em 2018, tendo cerca de 4 mil empregos no setor de borrachas e plásticos, houve uma diminuição de duzentos e cinquenta e dois empregos nesse setor, em um comparativo com o ano de 2017 (SEADE). Isso denota a presença do desemprego dos trabalhadores.

Estamos no interior da contradição fundamental dos países subdesenvolvidos. Ao mesmo tempo que a expansão do mercado exige uma reformulação da estrutura pré-capitalista, esta reformulação implica a utilização de técnicas que diminuem a necessidade de mão de obra. Em consequência, a solução de um problema cria outro, socialmente mais grave: o aumento, em escala crescente, da população desempregada e marginal. Situando-o dentro do contexto geral do sistema do subdesenvolvimento, teremos um agravamento do problema. O mesmo fenômeno da utilização decrescente da mão de obra acontece no setor capitalista industrial (Santos, 2018, p. 169).

Na sua abordagem, Santos (2018) articula sua análise acerca do setor capitalista da agricultura brasileira, apontando seu declínio e seus resquícios característicos de uma produção pré-capitalista, aspectos fundantes de países subdesenvolvidos, “baseado em relações de produção caducas, salários baixos, elevada utilização de mão de obra e em praticas primitivas” (Santos, 2018) e pós-capitalistas, como maquinários obsoletos importadas de Europa e América do Norte. Não obstante a análise sobre os aspectos da agricultura brasileira, Santos ressalta que esse movimento do capitalismo subdesenvolvido e dependente, ao passo que explora da economia agrária as suas remessas de lucros, produção e relevância no mercado mundial –

sendo o Brasil, um país agro-exportador – para, então, fortalecer e transferir valor para o capitalismo industrial brasileiro, conclui que esse processo, ao qual a mão de obra barata, o desemprego e os baixos salários em que perpassam, não foge da mesma dinâmica da indústria capitalista, da produção industrial (Santos, 2018). A cada acumulação de capital desencadeada, outra nova acumulação de capital se apresenta; consequências disso são: maiores taxas de lucro, maior exploração do trabalho, a crescente da mão de obra barata e o aumento do desemprego, assim como demonstrado na indústria de Santo André.

O desenvolvimento capitalista brasileiro se caracterizou pelas elevadas taxas de mais-valia, que, ao refletir um grau desproporcionado de exploração do trabalho, configuram de fato uma situação de superexploração. A aceleração da acumulação de capital que daí se deriva implicou a crescente concentração de riqueza nas mãos dos proprietários dos meios de produção e a pauperização absoluta das grandes massas (Marini, 2013, p. 164).

Desta maneira, é possível notar que as características de acumulação de capital brasileira são concomitantemente relacionadas com a superexploração da força de trabalho, seja pela mudança da taxa de mais-valia absoluta ou mais-valia relativa; aspectos que se evidenciam tanto em Santo André, quanto em São Bernardo e São Caetano, a seguir.

#### **4.2. São Bernardo e São Caetano: uma economia sob quatro rodas**

Ao nos depararmos com as cidades de São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, podemos notar a diferenciação entre setores produtivos que congregam e constituem a região do ABC paulista; vide Santo André e até mesmo Diadema e Mauá nessa composição. Contudo, suas diferenças não compreendem isoladamente as relações entre as três cidades da nossa pesquisa, fazendo com que elas estejam internamente ligadas, no que se refere à produção de mercadorias.

Para além da produção de mercadorias – cujo objetivo já fora sistematizado nos capítulos anteriores –, tratar das exportações dos municípios de São Bernardo e São Caetano, são fundamentais para compreendermos não só a política de exportação da região e sua relação com enfoque da dependência, mas também a sua relação com a produção e exportação de borrachas de Santo André e suas imbricações sociais e políticas.

Assim como ambas as cidades se dedicam a produção, quase que exclusivamente, de veículos automóveis de todos os tipos, como carros, ônibus, tratores e outros; também são nas exportações a dedicação máxima de sua política e seus objetivos enquanto mercado exclusivo

dessas mercadorias. Isso, evidentemente, não foge da possibilidade de produção e exportação de mercadorias distintas. Entretanto, como veremos, o valor de exportação de automóveis é expressivamente maior, se comparado a toda e qualquer mercadoria do ABC paulista – fruto de sua história ligada ao desenvolvimento industrial brasileiro dos anos 1940 e 1950 (Yamauchi; Tourinho, 2021). Para tanto, nesse recorte em que nos propomos, será possível compreender a política e a exportação da cidade de São Bernardo e analisar seu movimento, demonstrando que, mesmo diante de crises sistêmicas do capitalismo mundial e latino-americano, crises econômicas e políticas, sua tendência ao atendimento dos interesses políticos e econômicos dos países centrais não retrocedem.

No percurso da teoria marxista da dependência, suas categorias constitutivas acompanham a realidade objetiva das sociedades em que se dispõe a explicar. Sendo assim, as categorias fundamentais dessa teoria nem sempre explicarão as especificidades de um fenômeno, mas sim, o fenômeno em sua integralidade.

No caso de São Bernardo, onde a dinâmica produtiva e econômica é diferente das demais cidades, as categorias que compõem a teoria marxista da dependência estão redimensionadas e redirecionadas para outro tipo de movimento, regado de contradições e especificidades próprias da cidade e de sua história.

Diferente de Santo André, onde a produção perpassa por mais de um setor produtivo, borrachas, plásticos e químicos e petroquímicos, São Bernardo está condicionado exclusivamente a dar prioridade produtiva e de exportação à linha de montagem de automóveis e a sua venda. É evidente que, a cadeia produtiva da cidade não está estritamente voltada para a montagem de automóveis; existe, além disso, a produção de reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, enquanto setor produtiva de grande relevância para a cidade. Contudo, a política de exportação que se estabelece no município, e que prioriza o setor automobilístico, é fundamental para compreendermos que, as relações de superexploração que se afloram pela política tocada, evidenciam não só uma enorme desigualdade salarial e de emprego, como também revela uma industrialização fragilizada. Seja, tanto pela demanda histórica criada – a saber, de caráter dependente e subdesenvolvida –, quanto pela continuação desse caráter através da nova forma neoliberal de acumulação de capital.

Para termos uma noção do impacto que o setor automobilístico gera na cidade, e a sua própria dinâmica no quadro econômico político, o município exportou, em valores, mais de três

bilhões de dólares em 2008; com um pouco mais de um bilhão e meio para a América do Sul e cerca de quatrocentos e cinquenta milhões de dólares para a Europa. Isso nos revela um padrão capitalista, que intrinsicamente ao sistema, constitui seu próprio movimento, o imperialismo. Contudo, o imperialismo em si mesmo, está condicionado pelas forças de países centrais do sistema. O que vale sobrepujar, no caso específico dos países periféricos, é a condição de determinar aos países desses blocos, o papel de países subimperialistas; é aqui que se configura o papel do Brasil em sua relação interimperialista.

Indubitavelmente, essas relações entre imperialismo e subimperialismo, condicionam não só os países caracterizados enquanto tal, mas também, as metrópoles desses países – sejam elas, metrópoles de países centrais ou periféricos do capitalismo. Desta maneira, devemos compreender as condições político-econômicas em que as cidades de São Bernardo e São Caetano se encontram na política internacional, que nada mais são que, as condições de centros urbanos subdesenvolvidos e subservientes aos interesses do capital estrangeiro. Quando Marini (2013) explica que, a política de exportação do regime ditatorial de 1964, no Brasil, era, a princípio, uma política reformista e provisória, mas que, com o seu aprofundamento enquanto política nacional, na incapacidade de fomentar e ampliar o mercado interno do país, opta por estender para os mercados já formados na América Latina, a exemplo, o mercado uruguaio. É neste interim que, a política subimperialista condicionada ao Brasil se expressa, ou pelo menos, em uma de suas formas, tornando assim, uma política estrutural de países dependentes.

O que se propôs foi a expansão imperialista do Brasil na América Latina, que corresponde na realidade a um subimperialismo, ou a uma extensão indireta do imperialismo estadunidense (não nos esqueçamos de que o centro de um imperialismo desse tipo seria uma economia brasileira integrada à estadunidense) (Marini, 2013, p. 130).

Apesar de tal elemento ser ponto de partida para compreender a política econômica do período ditatorial de 1964, o Brasil ainda se encontra entre os países de caráter subimperialista do eixo sul das Américas. E isso pode-se notar diante da economia política que se arrasta para as metrópoles. Para isso, usemos os exemplos do setor automobilístico de São Bernardo, objeto principal de nossa pesquisa

Entre os anos de 2008 e 2018, São Bernardo exportou, majoritariamente, seus veículos para a Argentina, com média de 1 bilhão de dólares a cada ano; seguido de Chile, com cerca de duzentos a trezentos milhões de dólares por ano (COMEXSTAT, 2024). Esta movimentação é reconfigurada na atualidade, pois, ainda que o capital estadunidense ainda tenha uma enorme incidência no país, no campo automobilístico, o capital alemão se sobrepõe; fazendo com que

a penetração do capital alemão em São Bernardo do Campo, seja estratégico para sua inserção nos demais países da América do Sul. É nisso que incide o subimperialismo das regiões metropolitanas do Brasil, e, mais especificamente, a região metropolitana de São Paulo, o ABC paulista.

Não há que se assustar, portanto, com o crescimento da exportação de manufaturados. Esta política das empresas multinacionais possui um caráter universal, e não há motivos para que o Brasil, país que alcançou um elevado desenvolvimento industrial, não faça parte de seus planos. Porém, o aprofundamento deste processo tem como consequência final um controle crescente de nossas economias pelo capital estrangeiro, cujos efeitos negativos são sentidos no plano econômico, político e social (Santos, 2018, p. 154).

Em consonância com a análise de Santos, juntamente com os pressupostos de Marini sobre o subimperialismo e a categoria de superexploração do trabalho, podemos analisar a realidade socioeconômica de São Bernardo do Campo, a exemplo, e as contradições que a compõem. Assim que elucidamos as perspectivas políticas, sociais e econômicas da afirmação feita por Santos, notamos a sua ligação com a forma de exploração do trabalho – forma essa específica do modo de produção capitalista, mas que se transforma em uma nova dinâmica na formação capitalista dependente – e, assim, tornando-o um imperativo na compreensão da exportação e seu papel na consolidação, não só da dependência, em sua totalidade, mas também, da marginalização e precarização do trabalho nos meandros da população de São Bernardo.

Na medida em que a discussão acerca da superexploração do trabalho ganha ênfase, remetemos, portanto, a teoria da mais-valia, ou, mais especificamente, a massa de mais valia. Quando Marini (2022, p. 211) insiste na tese acerca da difusão do progresso técnico nas economias dependentes, ressalta que, este progresso só é possível, tendo em vista o seu alto grau de exploração do trabalhador; conseqüentemente, essa tese está diretamente alinhada com a alteração da massa de mais-valia, ou seja, a mais-valia propriamente. No que consiste a essas afirmações, vale ressaltarmos que é imprescindível para a compreensão dessas categorias, retomarmos a base da crítica da economia política marxiana; o que concerne somente a teoria da mais-valia relativa e a sua reinterpretação a partir das economias dependentes.

Na análise dos fatores que possam contribuir para a assertiva de que a política de exportação e a penetração das empresas estrangeiras possam acarretar efeitos negativos no campo político, econômico e social, vejamos o caso dos empregos no setor automobilístico em São Bernardo. Segundo o Seade (2012), os empregos nesse setor eram de 36,5%, juntamente com a média salarial de 11.183 reais nesse mesmo ano. Para efeito de comparação, no ano seguinte, em 2013, o emprego no setor subiu de 36,5% para 41,3%, entretanto, o crescimento

do emprego no setor não acompanhou a média salarial, tendo decrescido significativamente para 10.152 reais; um decréscimo maior que mil reais de um ano para o outro. Tal fenômeno está associado a extração de mais-valia relativa dos trabalhadores do setor – e, conseqüentemente, como dinâmica e efeito direto da forma capitalista dependente brasileira, o alto grau de exploração do trabalho, onde a base geral do capitalismo se apoia na extensão de mais-valia absoluta, ou seja, jornada de trabalho, condicionando e sendo ponto de partida para a extração de mais-valia relativa, ou seja, aumentando os processos técnicos do trabalho (Marx, 2017, p. 578) –, pois, no dispêndio de capital variável para operar com mais trabalhadores, o capitalista diminui os salários, forçando assim, por meio da massa de mais-valia, a diminuição do tempo de trabalho necessário para a sua subsistência e o aumento da taxa de mais-valia, ou seja, o mais-trabalho.

É a partir, então, da relação entre a massa de mais-valia, ou seja, a mais-valia em si, e o alto grau de exploração do trabalho que podemos concluir que esse movimento de aumento de empregos e diminuição dos salários, é fruto direto dessa dinâmica de superexploração do trabalho (Marini, 2022). Além disso, a superexploração da força de trabalho está entrelaçada a formação socioeconômica dos países dependentes, formação essa que tem por característica, a política de exportação como pilar de sua economia e a integração imperialista através da penetração do capital estrangeiro na indústria (Marini, 2022; Bamberra, 2018), portanto, na tese acerca da relevância da política de exportação, os capitais estrangeiros e multinacionais, como Volkswagen, Toyota e Mercedes-Benz, estarão compenetrados nas cidades do ABC paulista, e, na especificidade dessas premissas – de política de exportação levado as suas últimas conseqüências –, causar uma elevada extração de mais-valia, onde a alta do emprego e o baixo salário se torna contradição insolúvel dentro da ótica dependente; justamente quando, no auge de uma situação econômica favorável ao capital, o número de exportações de automóveis cresce de 2,8 bilhões, em 2012, para 3 bilhões em 2013 (COMEXSTAT, 2013). Uma demonstração dos efeitos negativos da política de exportação e da lógica do subdesenvolvimento dos países periféricos.

Enquanto isso, São Caetano do Sul – como descrito no capítulo anterior – segue com seu papel coadjuvante no setor automobilístico. A cidade, além de fabricar automóveis, assim como São Bernardo, concentra seus esforços na área da construção, tendo seu índice de emprego ultrapassado os índices do setor automobilístico, a partir de 2015 (SEADE, 2015); fator que reforça a tese de que a região acentua o seu processo de desindustrialização a partir de uma dinâmica de dependência, pois, mesmo que esse desenvolvimento econômico – visto



as outras regiões menos desenvolvidas –, se dinamize e cresça, sua amplitude está condicionada a uma transformação atravancada pelas condições e potencialidades tecnológicas e produtivas, frente ao desenvolvimento do subdesenvolvimento do capitalismo periférico. (Frank, 1966). O que explica a relação e o papel de mercado de produção e exportação do automobilismo entre São Bernardo e São Caetano.

Contudo, mesmo diante da dinâmica que dá concretude a afirmação de que a região passa por um processo de desindustrialização – a partir da variável emprego, neste caso –, tal aspecto é imbuído de contradições acerca do que é industrialização e como ela opera diante de uma economia de capitalismo dependente na cidade; tomando o cerne do capítulo, a exportação, e compreendendo como isso se expressa no aspecto mais totalizante do fenômeno.

Primeiro, é o desenvolvimento do subdesenvolvimento porque tem diante da sua economia, uma linha auxiliar da produção e exportação no setor automobilístico em relação a São Bernardo do Campo, tendo o papel de ser satelitizado, numa dinâmica de regiões metrópole-satélite, como aponta Gunder Frank (1966). Em suma, os países dependentes ou subdesenvolvidos, não estão fora da dinâmica capitalista mundial; não são países que, por estarem em um processo de subdesenvolvimento de sua economia, não estarão fora desse sistema global. Sendo assim, tão pouco estarão os estados desses países dependentes, denominadas como centros metropolitanos e estados periféricos, por assim dizer, fora desse mecanismo; assim também serve para as regiões metrópoles e satélites (Frank, 1966). Logo, a cidade de São Caetano do Sul está para São Bernardo do Campo, enquanto satélite, seja pela sua debilidade econômica, mas, mais especificamente, pela sua incapacidade de fazer frente ao mercado de produção e exportação automobilística. Nessa situação, onde o procedimento se dá, mais ou menos, como um funil, em que todos estão na mesma dinâmica capitalista global, porém, em determinadas regiões, um está submetido ao outro.

O segundo ponto é que, diferente de São Bernardo, onde o fomento de emprego e altos salários para o setor automobilístico, acompanhou a relativa estabilidade das exportações do mesmo setor, mantendo suas cifras acima dos bilhões de dólares, São Caetano conduz sua política de exportação e de empregos e salários, muito aquém do necessário para que não os coloquemos em patamares de desindustrialização e subdesenvolvimento na sua sociedade. Instabilidade de exportações no setor automobilístico, variando e apresentando quedas abruptas, principalmente a partir de 2017; em paralelo, a queda dos empregos e salários no mesmo setor, cai vertiginosamente entre 2016 e 2017. O que só reafirma o que Santos (2018)

nos diz sobre a política de exportações e seu aprofundamento dentro da lógica capitalista dependente.

Para visualizarmos o cenário das exportações no setor automobilístico de São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, vejamos o quadro a seguir:

**Quadro 9** – Valor das exportações do setor automobilístico de São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, entre os anos de 2008 e 2018.

Cidade	Ano	Valor	Cidade	Ano	Valor
São Bernardo do Campo	2008	3.137.938.935	São Caetano do Sul	2008	480.814.972
	2009	1.718.365.877		2009	238.259.644
	2010	2.510.599.285		2010	403.603.902
	2011	3.275.230.205		2011	461.053.572
	2012	2.836.960.191		2012	261.634.944
	2013	3.035.222.093		2013	434.546.708
	2014	2.434.034.008		2014	187.231.049
	2015	2.492.715.011		2015	199.479.136
	2016	2.353.676.290		2016	231.829.037
	2017	3.053.350.234		2017	242.074.924
2018	2.916.080.809	2018	125.092.979		

Fonte: elaboração própria, 2024, a partir dos dados da Comexstat (Sistema oficial para extração das estatísticas do comércio exterior brasileiro de bens)

Na busca de entendermos, finalmente, o movimento que arrasta o subdesenvolvimento e a dependência da região, interligado ao processo brasileiro de desindustrialização, que se expressa como síntese do problema estrutural geral do fenômeno dos países periféricos, e recai sobre as metrópoles –, mesmo que metrópoles satelitizadas pelas condições do sistema mundo – as cidades de São Bernardo e São Caetano, ao ponto que tem um alto índice no valor das exportações, ao mesmo tempo tem como país principal em sua importação, a Alemanha, seguida de Argentina, Suécia e Japão (COMEXSTAT, 2024).

O valor das importações é menor do que das exportações, um fato que deveria nos levar ao questionamento acerca do caráter dependente das cidades. Ora, se as duas cidades exportam mais veículos do que importam, como é possível que ambas possam ter um caráter dependente? Para além de uma discussão estritamente econômica – discussão cabe a nós, nessa pesquisa, mas que vale ressaltar que, condiciona na explicação do questionamento – o caráter político-

econômico e social do fenômeno é o que condiciona ao entendimento sobre a dependência da região.

Em uma observação macro da situação, o Brasil, enquanto país capitalista dependente e subdesenvolvido, e que, conseqüentemente, tem as suas metrópoles, subdesenvolvidas e dependentes, inseridas na dinâmica do subimperialismo, onde os países periféricos e suas metrópoles satélites são uma extensão do imperialismo dos países centrais, econômica e politicamente; enquanto extensão desta, se utiliza da alta exportação – que, há que se lembrar, escoia para os países periféricos da América do Sul, como Argentina e Chile – para expandir seus mercados; além disso, todo o sobrelucro produzido nessas regiões satelitizadas, retornam para os países de origem desse capital do setor automobilístico. E, por fim, inseridos na condição de superexploração do trabalho, onde os baixos salários e o desemprego permeiam a realidade da cidade que mais exporta do que importa, denotando a total irrelevância dos valores em exportação, tendo como premissa o fenômeno social e político que o circunda.

## 5. CONCLUSÃO

Esta pesquisa proporcionou um debate acerca do imperialismo e da teoria marxista da dependência, traçando, entre os anos de 2008 e 2018, os aspectos fundamentais da discussão sociológica, política e econômica marxista para a região do ABC paulista. Para tanto, nos debruçamos sobre as teorias e categorias fundantes da produção marxista; o diálogo com a teoria de imperialismo e a teoria marxista da dependência e seus adjacentes, inter-relacionando essas categorias analíticas à superexploração do trabalho, mais-valia, acumulação de capital, subimperialismo, entre outros. Essa perspectiva teórico-analítica possibilitará ao leitor um entendimento aprofundado dos fenômenos sociais e políticos que cercam o objeto de pesquisa: a desindustrialização e a dependência do ABC paulista. Nesse sentido, a interação entre os conceitos e categorias oferecem os aportes teóricos necessários para o relacionamento com a situação econômico-política do ABC paulista e, auxiliam no desvelamento dos problemas sociais da região.

Em consonância com os aportes teóricos explicitados, o levantamento sobre a capacidade produtiva das mercadorias de média complexidade tecnológica de cada cidade da região, contribuiu para a compreensão dos dados de cada um dos setores predominantes da região; a produção de borrachas e plásticos e químicos e petroquímicos em Santo André; e a produção de automóveis em São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. Essas formulações condicionam as realidades dos municípios com a situação de dependência aos países imperialistas e ao capital monopolista – visto que a produção manufatureira, industrial, aos poucos, se dissipa, dando lugar a uma economia de serviços e comércios –, conflitando com a crise de 2008 e de 2014 e apontando o derradeiro processo de desindustrialização da região, através da métrica do valor de transformação industrial dos principais setores produtivos.

Com isso, outros problemas sociais surgem, sobretudo, em relação a diminuição de empregos, baixos salários e a ociosidade das indústrias da região, o que culmina num processo de encerramento das atividades e/ou a interiorização dessas empresas. Isso se intensifica com a inserção do capital estrangeiro, com poder econômico e político para ditar a organização socioeconômica das cidades. Esses capitais se inserem nas empresas monopolizando todo o setor, como é o caso da área de químicos e petroquímicos, a Solvay Indupa, encabeçando um movimento de extração de mais-valia, ou seja, de superexploração da força de trabalho, para além do que as capacidades produtivas possam alcançar e, a redução dos empregos, principalmente em relação a população negra e de mulheres desses municípios.

Outro aspecto que marca essa dependência, é o fenômeno da exportação. Categoria fundamental do imperialismo e da teoria da dependência, as exportações das mercadorias, nos setores citados anteriormente, servem, enquanto ponto central na análise da dependência econômica, para entender o sentido social e político que essa condição suscita. Há certa estabilidade nas exportações durante esse período, o que demonstra uma alta quantidade de valor em dólar adquirido por esses municípios. Apesar disso, as contradições do capitalismo dependente, revelam incongruências com o retorno financeiro que esses setores dão as suas respectivas cidades, denotando, também, o decréscimo dos empregos formais e dos salários; além da desigualdade social decorrente desses processos.

As exportações levaram essa pesquisa a outro debate, tendo assim, a acumulação de capital e a extração de mais-valia fundamentada pela superexploração do trabalho, munida pelo alto valor de exportação e a incompatibilidade da baixa salarial. Além disso, nos dedicamos a pensar as novas formas de acumulação de capital que surgem de tempos em tempos, sobretudo, em momentos de crise. Estas formas se assentam nas exportações, tanto para a extração de valor pelos capitalistas da região, quanto para os capitais estrangeiros. Não obstante, esse modelo de economia abre espaço para o surgimento de uma relação subimperialista entre as periferias do sistema, o que ressalta o papel, não só das três cidades, como do Brasil, na política econômica internacional.

A conclusão a que chegamos ao final dessa pesquisa, compõe três aspectos fundamentais do desenvolvimento econômico e social brasileiro. O primeiro deles, se caracteriza pela derrota do desenvolvimentismo brasileiro no século XX, enquanto projeto político e a vitória das concepções neoliberais na política econômica do Brasil; entendendo por política econômica neoliberal, sua renovada forma de acumulação de capital e seu aprofundamento da dependência.

Em segundo, dialogando com o exposto em Marini (2022, p. 206) acerca da esfera alta de circulação da oferta industrial, a medida em que se generaliza o consumo de manufaturas, os bens supérfluos se tornam bens de consumo popular, fazendo com que a economia dependente se adapte em duas formas, através do fruto da mais-valia não acumulada e do crescimento produtivo do trabalho, aumentando o consumo dessas mercadorias entre as classes médias, e, conseqüentemente, barateando-as. Esse condicionante remete diretamente ao início do século XXI, até a crise de 2014; momento em que o desemprego alcança patamares alarmantes em um curto espaço de tempo.

Por fim, um apontamento que nos conduz a uma reflexão sobre o caráter específico do capitalismo dependente brasileiro durante os anos de 2016 e 2018, uma dependência de caráter fascista. Com o apoio massivo do grande capital, o fascismo cresce no processo institucional burguês brasileiro; uma maneira de fazer sobreviver o grande capital através do fascismo dependente. Isso nos ajuda a explicar o movimento político tocado esses anos, do golpe de 2016 até as eleições de Bolsonaro em 2018 e o seu governo; uma forma imperialista de conquistar o capital internacional às custas do bem-estar da classe trabalhadora.

Não obstante, as razões postas em relevo sobre a dependência dos países e regiões periféricas do capitalismo, abrem uma discussão acerca da interferência social e política nesses lugares. É preciso, pois, insistir nos fenômenos sociais, econômicos e políticos que o grau de dependência suscita e, compreendendo as motivações imperialistas dos países centrais do sistema capitalista, buscar alternativas de lutas que possam extinguir a dependência político-econômica latino-americana.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANANIAS, Débora N. **Crise, desindustrialização e implicações regionais**: uma análise sobre a região do ABC-SP. Paraná: Foz de Iguaçu, 2019. Disponível em: <[https://www.congresso2019.fomerco.com.br/resources/anais/9/fomerco2019/1571271207\\_ARQUIVO\\_0f45f76e87f7009aced9e828c5f7c259.pdf](https://www.congresso2019.fomerco.com.br/resources/anais/9/fomerco2019/1571271207_ARQUIVO_0f45f76e87f7009aced9e828c5f7c259.pdf)> . Acesso em: 07 de outubro de 2023.
- Atuação da braskem no polo petroquímico do grande abc. **ABC do ABC**, São Paulo, 26 maio 2017. Caderno Economia. Disponível em: <<https://abcdoabc.com.br/atuacao-da-braskem-no-polo-petroquimico-do-grande>>. Acesso em: 25 mar. 2024.
- BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 4. Ed. Florianópolis: Insular, 2019.
- BORGES, R. E. S. et al. **Superexploração no século XXI**. In: XXV Encontro Nacional de Economia Política. Anais[...]. Salvador: UFBA, 2020. Disponível em: [https://www.sep.org.br/enep\\_teste/uploads/708\\_1583713365\\_2020\\_-\\_superexp\\_-\\_identificado\\_pdf\\_ide.pdf](https://www.sep.org.br/enep_teste/uploads/708_1583713365_2020_-_superexp_-_identificado_pdf_ide.pdf). Acesso em: 17 de setembro de 2024.
- BORGES, R. E. S. **Trajatória e desafios da teoria marxista da dependência**: contribuições e propostas. *Germinal: marxismo e educação em debate*, Salvador, v.14, n. 1, p. 373-385, abr. 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/48963>>. Acesso em: 16 de setembro de 2024.
- Braskem compra solvay indupa em negócio de quase US\$ 300 mi. **Exame**, São Paulo, 17 dez. 2013. Caderno Negócios. Disponível em: <https://exame.com/negocios/braskem-compra-solvay-indupa-em-negocio-de-quase-us-300-mi-2/>. Acesso em: 23 de março de 2024.
- BRASKEM. **Estrutura societária**. 2023. Disponível em: <https://www.braskem-ri.com.br/a-companhia/estrutura-societaria/>. Acesso em: 24 mar. 2024.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Origens e atualidade da teoria marxista da dependência**. *Serv. Soc. Soc.*, v. 146, São Paulo, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/sbLCrKwNcH3JdB7YkJY6n7v/>>. Acesso em: 20 de setembro de 2024.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 11. Ed. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2004.
- Cartel. **TJDFT – Tribunal de justiça do distrito federal e dos territórios**. 2015. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/cartel>>. Acesso em: 02 de setembro de 2024.
- COMEXSTAT. **Sistema oficial para extração das estatísticas do comércio exterior brasileiro de bens**. Disponível em: <<https://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>>. Acesso em: 15 de junho de 2024.
- Composição acionária. **Petrobrás**. 2024. Disponível em: <<https://www.investidorpetrobras.com.br/visao-geral/composicao-acionaria/>>. Acesso em: 03 de setembro de 2024.
- CONCEIÇÃO, Jefferson J.; YAMAUCHI, Gisele; MONEA, Gustavo K. de A. **A complexidade tecnológica das exportações do Grande ABC Paulista**. Carta de Conjuntura,

Universidade Municipal de São Caetano do Sul, ed. 2, abr., 2018a. Disponível em: <https://www.uscs.edu.br/boletim/281> . Acesso em: 07 de outubro de 2023.

CORRADINI, M. R. Braskem fica no topo do ranking de química e petroquímica do valor 1000. **Valor Econômico**, São Paulo, 05 set. 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/valor-1000/noticia/2022/09/05/braskem-fica-no-topo-do-ranking-de-quimica-e-petroquimica-do-valor-1000.ghtml>. Acesso em: 23 de março de 2024.

CUEVA, Agustín. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. 1. ed. São Paulo: Lavrapalavra, 2023.

DIEESE. **Taxa de desemprego, por atributos pessoais**. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional. Convênio Seade – Dieese e MTPS/FAT. Consórcio Intermunicipal Grande ABC, 2017. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analiseped/mensalABC.html>>. Acesso em: 24 de maio de 2024.

FREITAS, Lúcio Flávio da Silva; CARVALHO, Suellen Ribeiro de. **Setores-chave da economia do grande ABC paulista**. Economia Ensaios, Universidade Federal de Uberlândia, 37, N 1, 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/51880/33747> . acesso em: 23 de setembro de 2023.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 5. ed. São Paulo: Editora Contracorrente, 2009.

HEGEL, Georg-Wilhelm. **Fenomenologia do espírito**. Tradução de Paulo Meneses; com a colaboração de Karl-Heinz Effen, e José Nogueira Machado. – 9. ed. – Petrópolis: Vozes, 2014.

HILFERDING, Rudolf. **Capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

HOBSON, A John. **Imperialism: a study**. Cosimo Classics, 2005.

IBGE. **População**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-bernardo-do-campo/panorama>. Acesso em: 01 abr. 2024.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **O pensamento de Lênin**. 1. ed. São Paulo: Lavrapalavra, 2020.

LIMA, Rômulo de Araújo. **Em busca da dialética**: apontamentos acerca do conceito de modo de produção. Campina Grande – PB: Editora FURNe, 1983.

LÊNINE, V. I. **Obras escolhidas**. Lisboa: Editorial “Avante!”, 1977.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O que fazer?** Questões candentes de nosso movimento. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

MARINI, Ruy Mauro. **“Dialética da dependência” e outros escritos** / Roberta Traspadini e João Pedro Stédile (org.) – 2.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2022.



\_\_\_\_\_. **El experimento neoliberal em Brasil**. Cidade do México, 1992. Disponível em: < <https://marini-escritos.unam.mx/wp-content/uploads/2022/01/58-El-experimento-neoliberal-en-Brasil.pdf>>. Acesso em: 22 de setembro de 2024.

\_\_\_\_\_. **Subdesenvolvimento e revolução**. 4. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política** / tradução e introdução de Florestan Fernandes. – 2.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O Capital – livro I – crítica da economia política**: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. 2. ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004

MIRANDA, Elflay. **A mundialização financeira frente ao neoliberalismo**. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2, nº 1 (2), janeiro-junho/2004, p. 41-51. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/13621/12487>. Acesso em: 23 de julho de 2024.

MYARA, Lucca. **Transformações na indústria automobilística brasileira no setor de veículos comerciais leves e automóveis: 1990-2010**. 2013. 67 f. Monografia (Especialização) - Curso de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

OREIRO, José Luis; FEIJÓ, Carmen A. **Desindustrialização**: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. Revista de Economia Política, vol. 30, nº 2 (118), pp. 219-232, abril-junho/2010. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rep/a/rLLpcPDRQVXPj5BskzHqLqx/>>. Acesso em: 04 de dezembro de 2023.

PIRES, M. F. C. **O materialismo histórico-dialético e a educação**. Interface – comunicação, saúde, educação. v. 1, n 1, 1997.

SANTOS, Angela Maria Medeiros M; SOUZA, Adilson José de; COSTA, Cláudia Soares. **Bens de consumo**: linha branca. BNDES, 1995. Disponível em: < [https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/3367/1/BS%2002%20Bens%20de%20consumo\\_linha%20branca\\_P.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/3367/1/BS%2002%20Bens%20de%20consumo_linha%20branca_P.pdf)>. Acesso em: 24 abril de 2024.

SANTOS, Theotonio Dos. **El auge de la economia mundial 1983/1989**. Los trucos del neoliberalismo. Nueva Sociedad, Buenos Aires, n. 117, p. 20-28, en.- feb. 1992. Disponível em: < [https://static.nuso.org/media/articles/downloads/2066\\_1.pdf](https://static.nuso.org/media/articles/downloads/2066_1.pdf)>. Acesso em: 22 de setembro de 2024.

\_\_\_\_\_. **O desenvolvimento do subdesenvolvimento**. Monthly Review, v. 18, nº. 04, setembro 1966. Disponível em: < <https://aterraeredonda.com.br/o-desenvolvimento-do-subdesenvolvimento/>>. Acesso em: 17 de agosto em 2024.

\_\_\_\_\_. **Socialismo ou fascismo**: O novo caráter da dependência e o dilema latino-americano. Florianópolis. Insular, 2018.

SEADE, fundação. **Emprego e salário por setor**. São Paulo. Disponível em: < <https://trabalho.seade.gov.br/emprego-e-salario-por-setor/>>. Acesso em: 10 de agosto de 2024.

SEADE, Fundação. **Valor de transformação industrial**. São Paulo. Disponível em: < <https://industria.seade.gov.br/municipios/>>. Acesso em: 20 de abril de 2024.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. **A indissociabilidade entre racismo e superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, v. 146(1), p. 16-35, 2023. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/4XC6y7XCQj3L8RVFrSvGFGD/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 25 de maio de 2024.

Valor de Transformação Industrial no Estado de São Paulo apresentou queda entre 2007 e 2021. **Jornal USP**, São Paulo, 08 maio 2024. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/valor-de-transformacao-industrial-no-estado-de-sao-paulo-apresentou-queda-entre-2007-e-2021/>. Acesso em: 22 de outubro de 2024.

VELLUTO, Luciele. Vendas da solvay indupa sobem 23,1%. **Diário do Grande ABC**, São Paulo, 16 maio 2008. Caderno Economia. Disponível em:

<https://www.dgabc.com.br/Noticia/145246/vendas-da-solvay-indupa-sobem-23-1->. Acesso

em: 25 mar. 2024.

WASSERMAN, Claudia. **A teoria da dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

XAVIER, Glauber Lopes. **O imperialismo na América Latina e a atualidade da Teoria Marxista da Dependência**. R. Katál., Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 387-395, maio/ago. 2018.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/xmKNmDJTcyk85sMLkkDjcvn/>. Acesso em: 20 de setembro de 2024.

YAMAUCHI, Gisele. **A Indústria foi embora, e agora?** As áreas industriais ociosas na Região do Grande ABC Paulista: Identificação e dimensionamento da problemática entre 1989 e 2019. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade São Judas, São Paulo, 2020. Disponível em:

<https://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2117/336413/9777-10701-1-SM.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 5 de setembro de 2023.

\_\_\_\_\_. YAMAUCHI, Gisele; MONEA, Gustavo K. de A. **O comércio exterior do grande ABC Paulista nas últimas duas décadas, 1998-2017**. Carta de Conjuntura, Universidade Municipal de São Caetano do Sul, ed. 1, abr., 2018. Disponível em: <

<https://www.uscs.edu.br/boletim/279>> . Acesso em: 07 de outubro de 2023.

\_\_\_\_\_. YAMAUCHI, Gisele; TOURINHO, Andréa de Oliveira. **Indústria e território na região do grande abc nos últimos 70 anos: questões sobre a crise de um modelo**. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.7, n.9, p. 91234-91256 sep. 2021. Disponível em: <

<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/36227/pdf>>. Acesso em:

30 de setembro de 2023.

ZAMAI, Vinicius Sampaio; ALVES, Antônio Fernando Gomes. **Desindustrialização nas empresas do abc paulista e o impacto nas cadeias de valor entre 2010-2022**. Carta de Conjuntura, Universidade Municipal de São Caetano do Sul, ed. 26, jun., 2023j. disponível

em: < <https://www.uscs.edu.br/boletim/1603>>. Acesso em: 07 de outubro de 2023.